

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PSICOLOGIA

BIANCA SILVA ALMEIDA

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO RURAL: o olhar de agricultores
orgânico-familiares da Grande São Luís sobre sua atividade.

SÃO LUÍS

2019

BIANCA SILVA ALMEIDA

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO RURAL: o olhar de agricultores
orgânico-familiares da Grande São Luís sobre sua atividade.

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da
Universidade Federal do Maranhão – UFMA,
como requisito para obtenção de grau em Bacharel
em Psicologia com formação de Psicólogo.

Orientadora: Prof. Dr. Yldry Souza Ramos
Queiroz Pessoa.

SÃO LUÍS

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva Almeida, Bianca.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO RURAL : o olhar de
agricultores orgânico-familiares da Grande São Luís sobre
sua atividade /

Bianca Silva Almeida. - 2019.

73 f.

Orientador(a): Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Agricultor. 2. Agricultura Familiar. 3.

Agricultura Orgânica. 4. Qualidade de Vida. 5.

Qualidade de Vida no Trabalho. I. Pessoa, Yldry Souza

Ramos Queiroz. II. Título.

BIANCA SILVA ALMEIDA

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO RURAL: o olhar de agricultores orgânico-familiares da Grande São Luís sobre sua atividade.

Monografia apresentada ao curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção de grau em Bacharel em Psicologia com formação de Psicólogo.

Aprovado em ____ / ____ / 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa (Orientadora)
Doutora em Psicologia (UFRN)
Universidade Federal do Maranhão

Prof^a. Dra. Carla Vaz dos Santos Ribeiro (Examinadora)
Doutora em Psicologia Social (UERJ)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Tadeu Gomes Teixeira (Examinador)
Doutor em Ciências Sociais (Unicamp)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ms. Heitor Natividade Oliveira (Suplente)
Mestre em Psicologia (UFMA)
Universidade Federal do Maranhão

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores rurais que passam despercebidos pela população urbana e ao meu avô Hilton Almeida, a primeira figura de agricultor que tive por referência.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço ao meu Deus. Não como um mero clichê ou falta de criatividade para iniciar tais agradecimentos, nem para mostrar aos outros de maneira pretensiosa o quanto creio nEle e o priorizo, mesmo porque acredito que antes de ler meus agradecimentos Ele lê meu coração e sabe da real gratidão que disponho. Minha gratidão, manifestada aqui diante dos homens, se faz por reconhecer que o Seu nome precisa ser honrado como demonstração de que Ele é o Senhor da minha vida e o pode ser de quantos mais desejarem e permitirem. Agradeço pois, por todo o carinho e cuidado dispensados a mim durante esta longa trajetória, pela maneira como conduziu meu processo de entrada nesta Universidade, como deu-me forças para conciliar a vida acadêmica com tantos afazeres em sua igreja me fazendo perceber que nada vale a pena se não o colocarmos como prioridade; pela tranquilidade e confiança que pôs em meu coração quando as coisas não saíram da forma como eu desejava e pela força que me auxiliou a prosseguir até aqui.

Agradeço também aos meus pais, Celionice e Adiel, por terem me ensinado a amar e a honrar este Deus, mas também por me apoiarem e acreditarem em mim, por confiarem em minhas escolhas, por não negarem esforços nem recursos para que eu seguisse adiante, por levarem as minhas cargas muitas vezes me ajudando a dar conta de tudo (principalmente mamãe com sua mania incrível de cuidar de todos e de tudo a todo momento). Menciono também meu irmãozinho (como nos chamamos quando de bom humor), Hélder, que de pequeno não tem nada; é grande em paciência, prestatividade e humor agradável; pelo seu cuidado, pelas suas caronas, pela compreensão em esperar que eu usasse o nosso único computador por horas enquanto ele também precisava, mas me deu prioridade. Muito obrigada, família!

Ainda na família, agradeço de modo geral aos tios e primos que de maneira direta ou indireta me deram apoio, em especial minha prima Priscila, pois se não fosse por sua esperteza e insistência eu não teria ingressado nesta Universidade. Não poderia deixar de mencionar meus avós, Francisca (vovó Chiquinha, que certamente fará questão de se fazer presente em minhas refeições de grau mesmo em sua cadeira de rodas), Genésio (que infelizmente não está mais aqui para certamente me parabenizar e dizer do tamanho do seu orgulho), Raimunda Diomar e Hilton (vô Ita, que se não morasse há quase 500 km daqui o traria para me assistir a falar sobre sua tão querida profissão) por tudo o que me ensinaram ao longo desta vida e me fazem ver o quanto ainda tenho a aprender.

Entre os amigos, destaco Juliane, Paola, Axssiânny e Nathália que acompanharam de perto meus sofrimentos, entenderam meu estresse e ouviram por muitas vezes as minhas reclamações, sempre dizendo que tudo daria certo mesmo sem ter certeza real disso. A Nathália em especial, prima e melhor amiga, pessoa que caminhou comigo na infância, nas festas de família, na igreja, na escola, no cursinho, nos ENEMs fracassados, na alegria da provação... na vida. Não caberia aqui o tamanho da parceria e companheirismo que dispensa a mim. Por toda a minha ausência que tu pôde suportar – por conta da rotina corrida, as muitas coisas que eu sempre tive a fazer – mas ainda assim estar presente nos momentos cruciais, fazendo o que faz uma grande amiga, muito obrigada!

O percurso na UFMA também me deu alguns amigos, pelos quais agradeço terem entrado em minha vida. Lyssa, Gabriela, Valéria, Taís pela companhia na UFMA e fora dela, compartilhando sonhos e momentos importantes. Menciono também Tarciany por toda sua sensibilidade e preocupação em me fazer acreditar que ficaria tudo bem mesmo quando tudo dava errado; Josane pela companhia divertida fazendo cada desastre da vida parecer cômico e insignificante me lembrando também por meio de atitudes pequenas o quanto vale a pena servir a Deus, também pelo consolo que possibilitamos uma a outra quando, por motivos diversos, tivemos que aceitar o fato de não concluir o curso no período programado por nós (superamos); Nicolas por sua sensatez e senso de realidade gritantes (sempre mostrando “delicadamente” as verdades da vida), por seu imenso apoio acadêmico a quem eu poderia até mesmo chamar de co-orientador deste trabalho, por tanto suporte que deu a mim, suporte teórico, metodológico, também psicológico tentando evitar prováveis surtos. Por último, mas não menos importante, menciono minha querida amiga Ana Luísa, que não foi fruto da UFMA, porém passou por ela. Talvez ela nem saiba, mas me serviu de inspiração na escolha deste curso e agora somos também colegas de profissão; alguns períodos nos separaram na graduação, mas na reta final me deu imenso apoio com sua doce forma de compartilhar sua experiência. Obrigada, amigos!

Agradeço com muito amor ao meu amigo, namorado, noivo e futuro esposo, Juan, por sua preocupação comigo durante todo este processo de formação, sendo refúgio em muitos momentos, compreendendo a falta de tempo, buscando ajudar da maneira que lhe era possível, sempre se colocando à minha disposição com a paciência e bom humor que me faltava nos dias de estresse e cansaço. Obrigada mesmo!

Não poderia deixar de mencionar o Grupo de Estudos e Pesquisa em Qualidade de Vida, Trabalho e Saúde – GEPQVTS, pois por intermédio dele pude crescer e aprender academicamente, e já desfrutar boas conquistas. Aos companheiros iniciais desta jornada: Diego, Julliana, Yasmin e Jóine; esta última em especial pela parceria de PIBIC, por cada ida ao Polo para a realização desta pesquisa, pelo incentivo, enfim.

Meus agradecimentos também a Empresa Júnior de Psicologia desta Universidade pelo contato que me permitiu ter com a prática da Psicologia Organizacional e do Trabalho, fazendo-me ter a certeza de que esta é a área que encherá de prazer o meu fazer enquanto psicóloga. Também aos colegas do estágio obrigatório, sob supervisão do querido professor Heitor Oliveira, pelo prazer de compartilhar as particularidades da vida de um estagiário.

Por fim, deixo meus agradecimentos à professora Yldry Pessoa, que me acompanha há três anos nesta jornada acadêmica, mostrando que quando sentimos prazer e paixão pelo nosso trabalho, fazemos não apenas bem feito, mas inspiramos outros a fazê-lo também. Meus agradecimentos à banca examinadora deste trabalho – professora Carla Vaz (com quem tive o primeiro contato com a POT, sendo muito importante para firmar minha escolha por esta área de atuação até aqui, por isso é uma honra tê-la como examinadora deste trabalho) e professor Tadeu Teixeira por ter prontamente aceitado ao nosso convite. Menciono também a professora Denise Bessa por sua colaboração com este trabalho enquanto parecerista do meu projeto.

Enfim, à Universidade Federal do Maranhão e ao Departamento e Coordenação de Psicologia por todo o suporte que sempre estão dispostos a dar, tendo profissionais que nos inspiram e nos orgulham por seu comprometimento e sabedoria.

“Na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte”.

Zygmunt Bauman

RESUMO

São inúmeros os estudos e pesquisas na psicologia que tratam sobre saúde e qualidade de vida dentro do contexto laboral urbano, porém pouco é dito sobre o trabalho do meio rural e seus atores. O interesse pelas demandas do contexto rural muito raramente se apresenta e as pesquisas e estudos que têm como alvo o público das grandes cidades ganham maiores proporções e maior destaque. Uma temática que vem ganhando espaço nas pesquisas e estudos, inclusive a partir do olhar da psicologia, trata-se da Agricultura Orgânica Familiar (AOF). Sendo esta uma prática ecologicamente correta, onde não faz-se uso de agrotóxicos, hormônios, fertilizantes, entre outros aditivos químico-sinestésicos que modifiquem a essência natural do produto o que contribui para uma melhor qualidade de vida do agricultor. Destaca-se que ao falar sobre Agricultura Orgânica e Familiar sob a ótica da psicologia, leve-se em consideração não só aspectos psicológicos, mas também culturais, econômicos, antropológicos e sociais. Este trabalho teve como objetivo analisar a percepção dos trabalhadores rurais que passaram pelo processo de reassentamento da Vila Madureira sobre sua qualidade de vida no trabalho averiguando os fatores que contribuem para a promoção ou diminuição da qualidade de vida verificando as diferentes percepções dos agricultores quanto às condições e organização do seu trabalho e traçando o perfil sócio demográfico do grupo estudado. Foi realizada pesquisa de campo, de caráter exploratório descritiva com abordagem qualitativa e quantitativa. Fizeram parte da amostra 10 agricultores, sendo seis homens e quatro mulheres de oito diferentes famílias. Foi feita uma adaptação do questionário estruturado WHOQOL – World Health Organization Quality Of Life instrument para analisar a qualidade de vida dos pesquisados e utilizou-se entrevista semiestruturada para verificar a percepção deles em relação ao seu trabalho. Como resultados destacaram-se aspectos de desvalorização do trabalho destes atores, situação econômica crítica no que diz respeito a renda proveniente da agricultura e insatisfação por parte de alguns quanto ao processo de reassentamento, no entanto foi ressaltado o prazer na prática da atividade agrícola e a satisfação em levar uma vida no campo. Em conclusão é possível dizer que a qualidade de vida destes agricultores não se encontra em seu melhor estado e que estes possuem uma percepção crítica a respeito de sua prática, reconhecendo as qualidades mas também as melhorias necessárias.

Palavras-chave: Agricultor; Agricultura Orgânica; Agricultura Familiar; Qualidade de Vida; Qualidade de Vida no Trabalho

ABSTRACT

Despite the numerous psychology studies about Quality of Work Life, almost none of them deals with issues concerning the rural activities. Conversely, in the last years, the interest about Family-Based Organic Farming (FBOF) is spreading. It happens because this practice is ecologically correct, as there is no use of pesticides, hormones, fertilizers and other chemical-synthetic additives that modify the natural essence of the product, what could diminish the farmer's quality of life. It is noteworthy that when talking about Organic and Family Farming from the perspective of psychology, it took into consideration not only psychological, but also cultural, economic, anthropological and social aspects. The present study aims to analyze the perception of rural workers who have undergone the resettlement process of Vila Madureira about their quality of life at work by investigating the factors that contribute to the promotion or decrease of quality of life by checking the different perceptions of farmers regarding the conditions and organization of their work and outlining the socio-demographic profile of the group studied. A descriptive exploratory field research with qualitative and quantitative approach was performed. The sample included 10 farmers, six men and four women from eight different families. The structured questionnaire WHOQOL – World Health Organization Quality Of Life instrument was adapted to analyze the quality of life of the respondents and a semi-structured interview was used to verify their perception of their work. As results, aspects of devaluation of the work of these actors, critical economic situation with respect to the income from agriculture and dissatisfaction on the part of the resettlement process were highlighted, however the pleasure in the practice of the agricultural activity and satisfaction in leading a life in the countryside was emphasized. In conclusion, it is possible to say that the quality of these workers is clearly jeopardized, as well as they have a sensible perception of their practice, recognizing the qualities but also the necessary improvements.

Keywords: Farmer; Organic Agriculture; Family Farming; Quality of Life; Quality of Life at Work

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 AGRICULTURA ORGÂNICA FAMILIAR.....	18
2.1.1 AGRICULTURA ORGÂNICA.....	18
2.1.2 AGRICULTURA FAMILIAR.....	19
2.1.3 AGRICULTURA ORGÂNICA E FAMILIAR.....	20
2.2 AGRICULTORES DO POLO AGRÍCOLA HORTICANAÃ E PROGRAMA DE REALOCAÇÃO DA VILA MADUREIRA.....	23
2.3 SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DO TRABALHADOR.....	25
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 ÉTICA NA PESQUISA	30
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	30
3.3 LOCAL	30
3.4 PARTICIPANTES	31
3.5 INSTRUMENTOS	31
3.6 PROCEDIMENTOS	32
3.6.1 Coleta de dados	32
3.6.2 Análise de dados	33
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL	34
4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	37
4.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS AGRICULTORES..	37
4.3.1 Domínio Físico	37
4.3.2 Domínio Psicológico	42

4.3.3 Domínio Relações Sociais	44
4.3.4 Domínio Meio Ambiente	47
5 CONCLUSÃO	54
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	64
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	65
APÊNDICE B – Questionário Sociodemográfico.....	67
APÊNDICE C – Organização do Trabalho	69
APÊNDICE D – Questionário para Avaliação de QVT	70
ANEXOS.....	72
ANEXO A – Autorização da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Polo Agrícola HortCanaã	73

1. INTRODUÇÃO

Historicamente a psicologia tem se voltado para uma atuação urbana, tanto em relação a pesquisas, como no campo de exercício da profissão. O interesse pelas demandas do contexto rural muito raramente se apresenta e as pesquisas e estudos que têm como alvo o público das grandes cidades ganham maiores proporções e maior destaque. Ao falar sobre a atuação da psicologia no contexto rural o que encontra-se, de modo geral, são estudos que se restringem à área da Psicologia Social Comunitária (LEITE, et al. 2013).

Em se tratando do âmbito das políticas públicas e de questões do domínio social a temática das ruralidades parece estar mais presente do que, por exemplo, nas questões que envolvem o assunto trabalho, o que nos leva a considerar que as demandas do meio rural estariam distantes do que se caracteriza como campo de estudo e interesse da Psicologia do Trabalho.

Scopinho (2017) denomina Psicologia Social do Trabalho a área da psicologia social que “se dedica ao estudo das relações e condições de trabalho” (SCOPINHO, 2017, p. 128), porém reconhece que, se tratando do contexto das ruralidades e seus atores, uma maior atenção se faz necessária, uma vez que reconhece a importância política, econômica e social destes trabalhadores. Desta feita destaca que:

Compreender as condições e modos de vida, o ideário e a subjetividade do trabalhador no mundo rural, as suas necessidades e maneiras próprias de satisfazê-las, a forma como ele tem participado (ou não) das decisões que envolvem o seu destino tem sido um objeto ainda pouco explorado pela PST – Psicologia Social do Trabalho. Esse trabalhador sempre teve importância econômica desde os primórdios da colonização do país, mas nem sempre teve visibilidade política e social (SCOPINHO, 2017, p. 127).

Ao nos depararmos com esta associação entre Psicologia do Trabalho e os assuntos das Ruralidades, podemos nos questionar sobre a real importância e necessidade de tal aproximação, no entanto de acordo com Scopinho (2017) a justificativa para isso se dá pelo fato de que ao falarmos sobre o trabalhador rural estamos nos referindo a uma grande diversidade de sujeitos sociais¹, bem como uma ampla variedade de atividades, sendo assim, por conta dessa diversidade de sujeitos e formas de trabalho, a interdisciplinaridade torna-se

¹ Tem-se trabalhadores rurais que desenvolvem suas atividades em grandes ambientes de produção, de agricultura e pecuária tecnificadas, voltadas para grandes mercados, internos e externos. Há também os trabalhadores de médio e pequeno porte, como é o caso de agricultores familiares que produzem para subsistência, podendo esta ser desenvolvida ainda por uma variedade de indivíduos como “pequenos sítiantes, assentados, faxinalenses, caiçaras, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, extrativistas das flores, entre outros” (SCOPINHO, 2017, p. 135-136)

um aspecto essencial ao objeto de estudo, principalmente no ponto de vista teórico e metodológico.

Dessa forma, além das disciplinas que lidam diretamente com essas questões – como a Sociologia, Economia, Antropologia e etc – algumas outras se fazem importantes para uma percepção mais clara destes atores, das suas relações e condições de trabalho, tais como a Economia Rural, Geografia, diferentes Engenharias como a de Produção, Ambiental, Agrícola e de Alimentos, a Psicologia e outras. No entanto Silva e Macedo (2017) destacam que infelizmente, em se tratando da psicologia, ainda é possível observar

[...] certa ausência de um corpo organizado de conhecimento que situe as várias discussões envolvendo aspectos teóricos, metodológicos e analíticos dos estudos rurais, no sentido de qualificar o olhar e a atuação profissional dos(as) psicólogos(as) que atuam nessas realidades (SILVA; MACEDO, 2017, p. 816).

Paraíso (1996, p. 138) trata deste pouco interesse pelas demandas do campo na academia, com a expressão “campo do silêncio”:

[...] com a metáfora “campo de silêncio”, quero indicar a privação a respeito de algo que, se problematizado, poderia provocar reflexões e atitudes nas pessoas envolvidas no processo ensino-aprendizagem. Quero com ela indicar, também, a existência de um “silêncio”, imposto mas não “respeitado”, sobre algo que incomoda, que provoca conflitos e contestação. É um “calar” sobre algo que se faz presente, pedindo para ser problematizado e trabalhado. É um campo de silêncio porque está ausente no currículo formal e não é problematizado no currículo em ação como um conhecimento digno de ser trabalhado no Curso.

A Agricultura Orgânica e Familiar (AOF) é uma destas temáticas do âmbito rural que vêm ganhando um tímido espaço nas pesquisas e estudos, inclusive a partir do olhar da psicologia. A AOF é o sistema de produção que une a atividade agrícola orgânica à familiar e, portanto, se baseia na conservação dos recursos naturais, preservação do ambiente e também da qualidade de vida do agricultor, não fazendo uso de agrotóxicos, hormônios, fertilizantes, entre outros aditivos químico-sinestésicos que modifiquem a essência natural do produto (SOUSA; CAJÚ; OLIVEIRA, 2016). É desenvolvida pelo agricultor e sua respectiva família no próprio ambiente em que residem, sendo esta atividade a principal fonte de renda do grupo familiar (BRASIL, 2006).

Por ser a AOF uma prática cheia de particularidades é cabível pensar sobre a saúde e qualidade de vida de seu trabalhador com um olhar também diferenciado. Existem inúmeros estudos e pesquisas que tratam sobre saúde e qualidade de vida dentro do contexto laboral urbano, no entanto, em se tratando do meio rural, existem particularidades que devem ser

analisadas com especial atenção e muito ainda se tem a descobrir sobre este ambiente e seus atores sociais.

Discorrer e pesquisar sobre Agricultura Orgânica e Familiar sob a ótica da psicologia, traz à tona não só aspectos psicológicos, mas também culturais, econômicos, antropológicos e sociais. Segundo Stein e Aosani (2016), a agricultura, principalmente a familiar, é fonte de renda de muitas famílias no Brasil, no entanto, alguns fatores como dificuldades quanto ao incentivo financeiro, condições precárias de trabalho, falta de valorização dos produtos, condições climáticas, entre outros, acabam por influenciar o abandono desta atividade rural. Sendo assim “é constante o adoecimento mental, desde transtornos menores e graves, até distúrbios psicológicos como depressão e suicídio, configurando-se aspectos que confirmam a urgência da atenção a esse setor na atualidade” (STEIN; AOSANI, 2016, p. 7).

Estes autores também destacam que muito se preocupa em informar e orientar a respeito de saberes técnicos do exercício da agricultura, mas pouco se fala sobre adoecimento psíquico e questões subjetivas. O trabalho do agricultor familiar é diferenciado e por isso carece de um olhar também singularizado quanto as suas particularidades.

Deste modo, admitindo-se a possibilidade de ser o meio rural um campo de atuação do psicólogo (MARTINS, 2010), faz-se necessário o diálogo com esta realidade dentro das mais diversas áreas da psicologia, entendendo que o sujeito do campo não deve ser de interesse apenas da Psicologia Social e Comunitária, visto que é um indivíduo cheio de singularidades que perpassam pelas áreas do trabalho, educação, clínica e outros.

O sujeito que vive no meio rural não é de todo dessemelhante do indivíduo dos centros urbano, no entanto está inserido em um meio diferenciado que, por sua vez, torna as experiências, modo de vida, formas de trabalho e relações distintas em certo grau e por isso, precisa ter estas particularidades consideradas e reconhecidas. Parte daí a relevância acadêmica e social da presente pesquisa.

Quanto aos atores principais deste trabalho, os agricultores, podem ter por meio desta, mesmo que em pequena escala, um meio de visibilidade das suas necessidades e de seus anseios quanto à reconhecimentos da população enquanto potencial consumidora, carência de incentivos financeiros, assistências diversas, entre tantas outras demandas que possuem.

Buscou-se nesta pesquisa, responder às seguintes questões: qual o olhar deste agricultor a respeito do seu trabalho? Enxerga ele as particularidades de sua prática, os privilégios e ameaças a que está sujeito? Tem conhecimento sobre a repercussão destas particularidades sobre sua qualidade de vida? Sendo assim, para traçarmos possíveis respostas e reflexões sobre estes questionamentos, este trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção dos trabalhadores rurais que passaram pelo processo de reassentamento da Vila Madureira sobre sua qualidade de vida no trabalho; utilizando para isso objetivos mais específicos, quais sejam: averiguar os fatores que contribuem para a promoção ou diminuição da qualidade de vida dos agricultores; verificar as diferentes percepções dos agricultores quanto às condições e organização do seu trabalho e traçar o perfil sócio demográfico do grupo estudado.

Para alcançar tais resultados, optou-se por uma pesquisa do tipo exploratório descritiva com abordagem qualitativa-quantitativa, onde por meio de questionário e entrevista coletou-se os dados que tornaram possível chegar aos resultados da mesma. A presente pesquisa trata-se da extensão de um projeto do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) realizado de setembro de 2018 a setembro de 2019, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Qualidade de Vida, Trabalho e Saúde – GEPQVTS/UFMA, coordenado pela professora orientadora deste trabalho.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 AGRICULTURA ORGÂNICA FAMILIAR (AOF)

2.1.1 Agricultura Orgânica (AO)

Após o período da II Guerra Mundial o sistema agrícola vigente e o modelo de desenvolvimento rural entrou em declínio por conta da degradação dos recursos naturais, bem como do desgaste à saúde do agricultor (PESSOA; ALCHIERI, 2013). A Revolução Verde² surgiu como uma alternativa para agilizar os processos agrícolas por meio do uso de “sementes modificadas e maquinários, insumos químicos e novas tecnologias em todas as fases da produção (plantio, colheita e processamento)” (CANDIOTTO; MEIRA, 2014, p, 150). Este modelo tornou possível a expansão das relações capitalistas no ramo da agricultura mundialmente, por sua busca pelo aumento da produtividade e dos lucros (CANDIOTTO; MEIRA, 2014).

O objetivo era também tentar amenizar a situação da fome em que muitos países se encontravam após a guerra, no entanto, em algum tempo percebeu-se as consequências prejudiciais da Revolução Verde como o desfavorecimento aos pequenos produtores – pois passou-se a priorizar mais o latifúndio em detrimento da agricultura familiar – agressão aos recursos naturais, desmatamento e o problema da fome não fora solucionado. Deste modo, surgiu uma forma alternativa de praticar a agricultura.

A percepção da sociedade sobre as consequências maléficas da Revolução Verde fortaleceu-se a partir da própria evolução teórico-conceitual do ambientalismo, que questiona o modelo produtivista e economicista vigente, indicando a necessidade de transformações sociais profundas, que modifiquem a relação sociedade-natureza. Entre essas mudanças, está a busca por uma relação mais harmônica entre a produção de alimentos e a conservação ambiental, surgindo formas alternativas de agricultura, como a agricultura orgânica, [...] entre outras (CANDIOTTO; MEIRA, 2014, p. 150).

O objetivo da prática agrícola de caráter sustentável é assegurar a satisfação das necessidades humanas agora e no futuro, por meio de uma reorientação tecnológica e de um manejo que vise a conservação dos recursos naturais (FAO, 2017 apud EMPRAPA, 2018).

² A Revolução Verde iniciou-se no fim da década de 1940, mas ganhou maiores proporções somente a partir das décadas de 60 e 70 quando alguns países em desenvolvimento, como Brasil, México e Índia, obtiveram resultados mais significativos. A Revolução constituiu-se de um conjunto de estratégias que tinham por objetivo a modernização das práticas agrícolas, por meio de inovações tecnológicas para o aumento da produção e erradicação da fome, principalmente nos países subdesenvolvidos.

A Agricultura Orgânica Familiar trata-se de uma prática que prima pela qualidade tanto dos alimentos como do solo e, ainda, traz vantagens à qualidade de vida do produtor, por meio da não utilização de agrotóxicos e demais insumos químicos, conservação dos recursos naturais propiciando a manutenção da renda do agricultor (PESSOA; ALCHIERI, 2013).

Somente se considera um produto como orgânico quando este for produzido em condições que respeitem a forma de uso do solo, ar, água e outros recursos naturais (SCALCO; SERVI, 2014). Tal sistema agrícola “privilegia o trabalho qualificado empregado em pequenas unidades de gestão familiar” (PESSOA; ALCHIERI, 2013, p. 335). Brandenburg (2017, p. 162) também confirma que “o projeto de uma agricultura ecológica tem nos agricultores familiares e camponeses seus autores”.

2.1.2 Agricultura Familiar

De acordo com o artigo 3º da Lei 11.326/2006 agricultores familiares e empreendedores familiares rurais são os indivíduos que: não possuam área maior do que 4 módulos fiscais, a qualquer título; utilizem mão-de-obra predominantemente da própria família para as atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenham sua renda familiar prevalentemente oriunda desta atividade e que o negócio seja dirigido por sua família (BRASIL, 2006).

O Brasil é um dos maiores produtores de alimentos provenientes da agricultura familiar, ocupando a oitava posição além de possuir o quinto maior faturamento proveniente da produção agrícola como um todo, no valor anual de aproximadamente US\$ 84,6 bilhões (BRASIL, 2018). No ano de 2015, os dados apontavam para a existência de 4 milhões e 300 mil estabelecimentos de agricultura familiar, o que na época, correspondia a aproximadamente 84% de todas as unidades de produção e sete em cada 10 empregos gerados no campo, eram provenientes da agricultura familiar, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (FAGUNDES, 2015).

Pelo fato de ser a agricultura familiar exercida em uma área pequena de plantio, ser autossustentável, de produção variada e possuir uma mão de obra própria é o tipo de agricultura que mais se adequa ao padrão orgânico, além de seguir um padrão diferenciado do modelo técnico mais moderno. O interesse e preocupação com a qualidade de vida tanto dos agricultores como dos consumidores é também um diferencial que torna compreensível

esta harmonia entre agricultura familiar e orgânica, bem como a possibilidade de agregação de valor ao produto final, por ser ecologicamente diferenciado (PESSOA; ALCHIERI, 2013).

“Ao se falar em agricultura familiar, está-se falando do grupo familiar como um todo (homens e mulheres), pais e filhos, crianças, jovens, adultos e velhos que vivem em uma realidade com características importantes” (STEIN; AOSANI, 2016, p. 8), como por exemplo o fato de que “a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 1996, p. 2), o que não é uma mera evidência, mas trata-se de um fato que diz muito sobre a maneira como esta família se relaciona econômica e socialmente, ao agregar as atividades de produção à estrutura familiar (WANDERLEY, 1996).

2.1.3 Agricultura Orgânica e Familiar

A Agricultura Orgânica e Familiar (AOF) “é regida pelo norte da agricultura familiar, acrescentando-se à premissa de uma agricultura orgânica” (PESSOA; ALCHIERI, 2013, p. 338). É a junção destes dois sistemas de produção, trata-se de uma prática alternativa

[...] com características de sustentabilidade no cultivo de alimentos, preservação ambiental e maior qualidade de vida no campo [...] viabilizando relações entre o campo e a cidade [...] no intuito de incluir equidade de oportunidades, justiça social, segurança alimentar e crescimento econômico (FRANCO NETTO, et al., 2009 apud PESSOA; ALCHIERI, 2013, p. 336).

Desta forma, ao se colocar como um modelo de produção que tem por objetivo a auto sustentação da propriedade agrícola, que preocupa-se com o oferecimento de produtos mais saudáveis, demonstrando também interesse quanto a preservação do ambiente e da estrutura social, a Agricultura Orgânica e Familiar coloca em xeque a repercussão, já bastante negativa, do sistema moderno de produção dos alimentos, se aproximando, assim, da percepção de bem-estar e qualidade de vida (AZEVEDO; SCHMIDT; KARAM, 2011).

A Agricultura Orgânica e a Familiar apresentam uma ligação bastante favorável no sentido de que, a prática orgânica desenvolvida em propriedade familiar, traz vantagens à este agricultor em termos de fonte de renda, não utilização de produtos químicos que podem ser nocivos a sua saúde e de sua família e maior possibilidade de preservação de sua terra, do mesmo modo que o ambiente de propriedade familiar torna-se propício para o desenvolvimento da prática orgânica por estes motivos aqui mencionados. Assim, torna-se

uma troca mútua de qualidade de vida e obtenção de renda e qualidade de produção e prestação de serviço.

Ao refletir sobre a qualidade de vida do trabalhador rural, mais especificamente do agricultor familiar é importante dar a ênfase necessária às particularidades do mundo rural que se apresenta no contexto cultural de cada um destes agrupamentos sociais. Este trabalhador, além de contribuir para o desenvolvimento rural mais sustentável, também chama atenção para a qualidade de vida no campo (PESSOA; ALCHIERE, 2013), ou seja, o seu ambiente de trabalho e de moradia são fatores que, intrinsecamente, contribuem para a promoção da qualidade de vida.

No entanto, é importante ressaltar que, ainda que sua prática e ambiente em que vive contribuam para um melhor desenvolvimento da qualidade de vida, existem fatores pontuais que podem comprometer este construto, dentre eles pode-se destacar problemas de ordem física que trazem comprometimento à saúde, como dores de coluna e excesso de exposição ao sol sem proteção (STEIN, AOSANI, 2016).

Estes autores também destacam os problemas relacionados a fatores psíquicos, pois a cada plantio existe um investimento emocional de expectativa quanto aos resultados da plantação, o que pode gerar ansiedade, estresse, insegurança, envolvendo também incertezas quanto à situação climática e do solo, dando margem para problemas de ordem econômica quanto aos preços e valorização de seus produtos.

A linha tênue que separa convívio familiar e vida laboral é um aspecto que merece atenção. Períodos de férias, folgas e feriados tornam-se muito restritos, uma vez que por residirem no mesmo local em que trabalham, os agricultores familiares acabam por colocar bastante limites a estes momentos. Apesar de serem os donos do próprio negócio e determinarem sua jornada de trabalho, geralmente priorizam a continuidade do serviço em detrimento dos períodos de descanso ou lazer, pelo fato de já dependerem de muitos aspectos não controláveis, como condições de clima e solo (STEIN, AOSANI, 2016).

A busca por atendimento médico também é algo passível de discussão, uma vez que para este trabalhador a doença implica automaticamente na ruptura com a rotina normal de atividades, por ser um trabalho que demanda intensa atividade física. Sendo assim, muitos evitam a procura pelo serviço de saúde – ou só o fazem quando em situação crítica – para que não precisem se ausentar do exercício de suas atividades (ALVES; GUIMARÃES,

2012). Tudo isso influencia para alterações nas condições de vida e saúde do agricultor familiar.

Segundo a Organização Mundial da Saúde, levantamentos feitos no período de 1995, já apontavam a atividade rural como uma das que poderiam oferecer maior risco à segurança e à saúde do trabalhador (ALVES; GUIMARÃES, 2012). Porém, tal atividade não está à parte das regulamentações que tratam da proteção e segurança dos trabalhadores. Sendo assim, há uma Norma Regulamentadora (NR 31) destinada especificamente a este setor, nela contém orientações quanto às atividades do ramo da pecuária, agricultura, silvicultura, exploração florestal e aquicultura; orientações estas, que devem ser obedecidas na organização do trabalho rural (BRASIL, 2005).

Uma pesquisa realizada por Alves e Guimarães (2012) levantou dados importantes sobre aspectos da Segurança no Trabalho e Saúde Ocupacional dos trabalhadores rurais. Em relação à Segurança no Trabalho, destacaram o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quais sejam, luvas, botas, chapéus, onde verificou-se que o uso é bastante irregular entre os participantes da pesquisa; e a exposição a animais peçonhentos, como cobra, escorpião, bastante comum na prática rural.

Quanto ao aspecto da Saúde Ocupacional foram destacados pelos participantes a postura inadequada durante a realização de seu trabalho, gerando problemas ósseos e musculares por conta do esforço repetitivo que a atividade exige.

Tratando-se do agricultor familiar tais pontos chamam atenção ainda maior, no que diz respeito a falta de fiscalização assídua em relação a estes aspectos acima mencionados. Por ser ele o proprietário do seu negócio, exercendo a função de trabalhador e patrão imediato de seu serviço, detém, por exemplo, o poder sobre a utilização ou não dos equipamento de proteção, quando os possui. Ao ser acometido por alguma situação que ofereça risco direto a sua saúde, via de regra, precisa recorrer ao sistema público de saúde, pois geralmente não possui recursos para utilizar o serviço privado. Desta feita, torna-se evidente, por meio do conhecimento de algumas particularidades da prática deste agricultor, o quanto se faz necessária a realização de pesquisas no âmbito da qualidade de vida e saúde deste trabalhador.

2.2 AGRICULTORES DO POLO AGRÍCOLA HORTICANAÃ E PROGRAMA DE REALOCAÇÃO DA VILA MADUREIRA

A população contemplada pela presente pesquisa de conclusão de curso possui certas singularidades no que diz respeito a sua condição atual de moradia e atuação laboral. Trata-se de uma população reassentada que residia inicialmente na Vila Madureira, localizada nas proximidades da região do Itaqui, na cidade de São Luís, capital do estado do Maranhão.

Com o intuito de construir uma Usina Termelétrica no Porto do Itaqui, localizado nesta mesma região, foi necessário a criação de um programa básico ambiental de realocação que atendeu a 95 famílias que residiam na Vila Madureira, sendo deslocadas à Vila Residencial Nova Canaã, no município de Paço do Lumiar, área metropolitana de São Luís, distribuídas em 75 propriedades. Estas famílias foram identificadas nos Estudos de Impacto Ambiental do Governo do Estado do Maranhão por motivos de localização no espaço onde se instalaria a Usina Termelétrica Porto do Itaqui (PEREIRA, 2010).

A associação de moradores da Vila Madureira e a Secretaria Estadual de Indústria e Comércio auxiliaram no levantamento de dados para destaque das principais e reais demandas como, por exemplo, o acréscimo de 10 famílias para serem beneficiadas além das 85 inicialmente cadastradas, fechando assim, o público alvo, formado por 95 famílias que, segundo o levantamento moravam ou tinham terreno de produção na comunidade da Vila Madureira. Dentre algumas outras opções, a área escolhida para o deslocamento foi no município de Paço do Lumiar. Desta feita, a MPX adquiriu loteamentos nesta área onde estabeleceu-se a Vila Residencial Nova Canaã (MPX, 2010)

Um programa de realocação involuntária precisa ser realizado de maneira que venha proporcionar, aos indivíduos envolvidos, “condições necessárias para a garantia da reprodução dos vínculos sociais, a recomposição da habitação e das atividades econômicas” (MPX, 2010, p. 7) Deste modo,

o programa foi construído em conformidade com as diretrizes técnicas nacionais e internacionais que norteiam a elaboração de programas de remanejamento compulsório de populações, de forma especial, aquelas apresentadas na Política Operacional (OP 710) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e dentro dos princípios do Equador (EPFIs.) (MPX, 2010, p. 7)

Entendendo que não se pode separar a sociedade do meio ambiente a que pertence pois não se trata apenas de um bem material ou territorial mas de cultura e história (ACSELRAD, 2004), as questões que envolvem ocupações ou realocações de terra,

geralmente implicam em conflitos, sejam estes de grande repercussão ou não. O Estado, por sua vez, é o regulador das relações institucionais que mantém o controle quanto a gestão de territórios e, em algumas situações, estabelece parcerias com determinados grupos econômicos (CARVALHO 2011).

Muitos aspectos, territoriais, culturais, sociais e econômicos sofreram modificações durante a realização deste processo de reassentamento das famílias (CORRÊA; DINIZ, 2013). Em relação ao aspecto territorial podemos destacar a distância na qual a Vila fora construída. A proposta inicial era que fosse localizada à uma distância menor que 10 km da cidade, no entanto, o espaço que foi adquirido não conseguiu atender a este critério, localizando-se “a 30 km do município de São Luís e a 40 km do antigo povoado (Vila Madureira)” (PEREIRA, 2010, p. 49).

Quanto aos aspectos socioeconômicos e culturais, houve a ruptura das relações estabelecidas entre família e território, onde conviviam em vizinhança e também da organização das atividades econômicas que exerciam no local – cultivo e pesca –, bem como as relações estabelecidas com o patrimônio natural “haja vista que toda a vida dessas famílias estava relacionada com o rio, a terra para cultivo no quintal de suas casas e manifestações religiosas” (CORRÊA; DINIZ, 2013, p. 7).

Nos estudos preliminares realizados no período de cadastramento no ano de 2008 pela empresa MPX Itaqui, detectou-se que 100% das famílias possuíam como base a atividade de agricultura de subsistência. Foi elaborada a proposta de alternativa de produção agrícola agroecológica para o sustento das famílias, assim, foi adquirido, neste mesmo período, um espaço destinado à produção agrícola nas proximidades do loteamento, denominado Polo Agrícola Nova Canaã. Foi projetado para o “desenvolvimento econômico e socioambiental de produção coletiva e familiar, com bases agroecológicas, visando à emancipação e sustentabilidade socioambiental das famílias e do assentamento” (MPX, 2010, p, 15). Neste local é praticada a agricultura familiar orgânica, em associação ao Projeto HortCanaã, que trata-se de uma atividade voltada para a economia desta população.

Em outubro de 2009 ocorreu a implantação deste Polo, para isso foram realizados trabalhos com o intuito de planejar e mobilizar os beneficiados em dois grupos: de produção e gestão (MPX, 2010). Segundo os organizadores o grupo de produtores participou efetivamente das definições em relação a organização do trabalho bem como de todo o

processo de realização do reassentamento, no entanto, pesquisas realizadas com os moradores da antiga Vila Madureira que passaram por este momento de realocação (CARVALHO, 2011); (PEREIRA, 2010), relatam que estes moradores declaram-se insatisfeitos com a participação a eles atribuída durante o processo.

Atualmente o Polo Agrícola HortCanaã utiliza o padrão agroecológico, caracterizado pela rotação de culturas, um procedimento por meio do qual vários hortifruti são plantados, pelas famílias na mesma área, o que resulta num aumento da captação de energia e no controle de doenças e pragas. O sistema adota ainda a utilização de biofertilizantes feitos à base de materiais naturais reaproveitados do próprio polo, evitando assim o uso de agrotóxico, configurando uma agricultura familiar orgânica.

2.3 QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Para tratar sobre Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) faz-se importante contextualizar o seu conceito entendendo que não se trata de algo que surgiu de maneira isolada, mas que advém de um outro conceito também muito importante, o de Qualidade de Vida (QV).

Segundo Scattolin (2006) originalmente, a terminologia Qualidade de Vida (QV) foi utilizada como uma meio de criticar as políticas que incentivavam o crescimento econômico de uma maneira despreocupada com o meio ambiente e as condições gerais de vida. Isso trazia a ideia de que ter QV significava possuir uma boa condição econômica e muitos bens materiais. No entanto “aos olhos dos críticos, tratava-se de uma concepção pobre, que desconsiderava a vida humana, distanciando-se do conceito de vida com qualidade como um direito de todos” (SCATTOLIN, 2006, p. 1).

Somente após a Segunda Guerra Mundial, as políticas sociais referentes a “qualidade de vida”, “felicidade” e “bem-estar”, foram reformuladas neste sentido. Foi também o período em que a Organização Mundial da Saúde (OMS) reformulou o conceito de saúde da maneira conhecida atualmente incluindo os aspectos físicos, sociais e emocionais³, passando também a considerar a possibilidade de mensuração destes fatores (SCATTOLIN, 2006).

Houve então, nos Estados Unidos, a partir de 1960, um interesse maior a respeito da QV, por meio de pesquisas e estudos a seu respeito no intuito de colher informações a fim

“[...] um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de afecções e enfermidades” (OMS).

de formular medidas para a melhoria da QV dos cidadãos americanos. Condições de moradia, saúde, transporte, lazer, trabalho, escolaridade, entre outros indicadores, foram considerados para tal mensuração, no entanto percebeu-se que não eram o suficiente para mensurar a QV dos indivíduos (SCATTOLIN, 2006).

A partir daí sentiu-se a necessidade de avaliar a percepção de cada sujeito a respeito de seu bem-estar e conseqüentemente, de sua QV, “[...] o que se chamou de qualidade de vida subjetiva, ou seja, só o dono da vida pode fazer um julgamento sobre ela” (SCATTOLIN, 2006 p.1).

Percebe-se que todo o contexto de estudo e pesquisa a respeito da QV torna dificultoso o esforço por atribuir-lhe um conceito encerrado. A este respeito, Scattolin (2006) afirma que:

Na ausência de um conceito universalmente aceito, alguns pesquisadores argumentam que a maioria das pessoas, principalmente no mundo ocidental, está familiarizada com o termo e tem uma compreensão intuitiva do que ele significa. Todavia, os pesquisadores compartilham a ideia de que QV significa coisas diferentes para diferentes pessoas e assume diferentes significados de acordo com a área de aplicação (SCATTOLIN, 2006, p. 2).

De acordo com a OMS (1998) o conceito de QV remete a ideia de qualidade de vida por meio da autopercepção do indivíduo de que “[...] suas necessidades então sendo satisfeitas ou que lhes estão sendo negadas oportunidades de alcançar a felicidade e a auto realização, com independência de seu estado de saúde física ou das condições sociais e econômicas” (OMS, 1998, p. 29)⁴. Diz ainda que “é um conceito extenso e complexo que engloba a saúde física, o estado psicológico, o nível de independência, as relações sociais, as crenças pessoais e a relação com as características do meio ambiente” (OMS, 1998, p. 28)⁵.

Para Minayo, Hartz e Buss (2000, p. 8), o conceito de QV trata-se de

[...] uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar.

⁴ Tradução livre de “[...] sus necesidades están siendo satisfechas, o bien de que se les están negando oportunidades de alcanzar la felicidad y la autorealización, con independencia de su *estado de salud* físico, o de las condiciones sociales y económicas.”

⁵ Tradução livre de “Es un concepto extenso y complejo que engloba la salud física, el estado psicológico, el nivel de independencia, las relaciones sociales, las creencias personales y la relación con las características sobresalientes del entorno”.

Dentre os diversos referenciais existentes para a avaliação da QV, o presente trabalho optou por utilizar como referencial teórico o conceito proposto pelo WHOQOL–bref instrument. De acordo com a proposta fornecida por este instrumento, QV conceitua-se como “[...] a percepção do indivíduo acerca de sua inserção na vida nos contextos da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (WHO, 1994, p. 28)⁶.

Entendendo que a QV engloba diversos aspectos da vida dos indivíduos nos mais diferentes contextos, pode-se mencionar o trabalho como um importante influenciador nos níveis de qualidade de vida dos sujeitos. Logo, faz sentido pensar sobre uma Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Faz-se importante destacar, mesmo que brevemente, que a QVT é um indicador da Saúde do Trabalhador (WALTON, 1973), termo este que não se trata de um sinônimo para Saúde Ocupacional, já mencionada aqui, que preocupa-se meramente com o exercício das tarefas de modo geral – operação de ferramentas, administração da força de trabalho, doenças ocupacionais, acidentes no ambiente laboral – com a finalidade de otimizar processos e gerar lucros (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

No campo da Saúde do Trabalhador existe “[...] uma visão da relação entre o trabalho e o processo de saúde-doença que supera aquela do ambiente e seus agentes. Nela, o biológico e o psíquico interagem, constituindo um nexos psicofísico indissociável [...]” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019, p. 22). Deste modo, o CFP (2019) também destacam que a proposta da Saúde do Trabalhador é que se tenha um entendimento diferenciado sobre a ligação que há entre saúde e trabalho, bem como a incorporação de medidas quanto à saúde dos trabalhadores, atuando também nos ambientes de trabalho.

A Qualidade de Vida no Trabalho sempre foi um fator de interesse dos indivíduos como, por exemplo, os estudos de Geometria ainda no antigo Egito, criados e utilizados no contexto do trabalho agrícola; também a lei da alavanca de Arquimedes, criada também na antiguidade para otimizar e trazer qualidade de vida à atividade dos trabalhadores naquele período (FORNO; FINGER, 2015).

Porém, apenas na década de 1950, que a terminologia QVT passou a ser usada, por meio de estudos realizados por Eric Trist e colaboradores, do instituto Tavistock, na Inglaterra. Estes estudos relacionavam *indivíduo, trabalho e organização*, com o objetivo de

⁶ Tradução livre de “[...] as the individual's perception of their position in life in the context of the culture and value systems in which they live and in relation to their goals, expectations, standards, and concerns.”

diminuir o sofrimento dos trabalhadores organizando o trabalho e reestruturando suas tarefas (FORNO; FINGER, 2015).

Atualmente, a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) vem sendo estudada e entendida, no ramo prático e também acadêmico, como uma tentativa de humanização do trabalho (MILHOME; ROWE, 2016) e envolve ações que visem o estabelecimento de “condições de trabalho que eliminem ou minimize os fatores de risco do ambiente”; desenvolvimento de “ações educativas de prevenção à doenças”, de “proteção à saúde” e que visem “a melhoria da qualidade de vida” elevando, assim, a capacidade de trabalho (OPAS/OMS, s/d).

Desde 1924 as discussões sobre a humanização no ambiente de trabalho são alvo de interesse de alguns estudiosos, no entanto, ainda hoje, esta é uma área que carece de pesquisas e amadurecimento. Ainda que os estudos sobre a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) tenham alcançado destaque desde 1950 – quando de fato passou-se a relacionar aspectos psicológicos, sociais e de saúde com as questões do trabalho – não existe um consenso geral quanto ao seu conceito (MILHOME; ROWE, 2016).

Ainda sobre a qualidade de vida no trabalho, Milhome e Rowe (2016) destacam alguns autores, como Sampaio (2012), Schimidt, Dantas e Marziale (2008) que relacionam a QVT a aspectos de caráter puramente organizacionais que envolvem as condições de trabalho e as relações estabelecidas no mesmo. Enquanto outros, a exemplo, Minayo, Hartz e Buss (2000) preferem dar maior importância aos aspectos extraorganizacionais como, por exemplo, tempo com a família, relacionamentos e convívio social, objetivos e aspirações pessoais entre outros.

Westley (1979 apud GOULART; SAMPAIO, 1999) traz quatro fatores que podem interferir na QVT gerando, segundo ele, um sentimento de insegurança, são eles: fatores políticos, econômicos, psicológicos e sociológicos. Os fatores políticos podem gerar insegurança ao trabalhador quando há falta de reconhecimento, negligência às necessidades, falta de segurança, entre outros. No fator econômico, a insegurança pode ocorrer quando da remuneração e jornada de trabalho injustas e condições de trabalho inadequadas. Quanto ao fator psicológico, encontra-se os aspectos relacionados à possibilidade de desenvolver tarefas com autonomia e criatividade. No fator sociológico considera-se a possibilidade de colaboração na tomada de decisões, relacionamento interpessoal, responsabilidade com o trabalho e conhecimento adequado das normas da instituição.

Walton (1973) também trabalha a Qualidade de Vida no Trabalho por uma perspectiva interessante, ao trazer oito indicadores para a análise da QVT: Compensação justa e adequada; Condições de trabalho; Uso e desenvolvimento de capacidades; Oportunidade de crescimento e segurança; Integração social na organização e Cidadania ou constitucionalismo.

Para Ferreira (2013, p. 34) a Qualidade de Vida no Trabalho fala sobre as vivências e experiências dos trabalhadores que “são marcadas por sentimentos de felicidade com o trabalho, de prazer com o tempo passado no trabalho e de experiências positivas relacionadas com a gestão humanizada do trabalho, o ambiente de trabalho saudável e o desenvolvimento pessoal e profissional.”

Observou-se durante as pesquisas realizadas para a elaboração deste trabalho que dentre os diversos conceitos de QVT existentes, nem todos podem de fato ser aplicados à realidade do trabalho rural. Há uma variedade de conceitos que trazem aspectos que se aplicam mais à realidade do trabalho urbano, dando enfoque à organização, chefia, modelos de gestão, entre outros; elementos estes que fogem à realidade mais informal encontrada na atividade da agricultura de caráter familiar.

Ao falar de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito da Agricultura Orgânica Familiar (AOF), deve-se levar em consideração os aspectos relacionados à “promoção de valores sociais, aumento da autonomia dos agricultores e uma percepção positiva acerca do estado geral de saúde da família” (PESSOA; ALCHIERE, 2013, p. 334). Estes autores também destacam que

No meio rural, a QV (Qualidade de Vida) se relaciona ao grau de conhecimento dos agricultores de que suas necessidades podem ser supridas através de práticas agroecológicas. Alicerçadas em relações sociais e familiares capazes de promover o resgate cultural e melhorar as condições de vida do trabalhador do campo. Nessa perspectiva, o vínculo que o agricultor constrói com sua atividade laboral e o reconhecimento da sociedade, não lhe relegando a papel secundário no processo produtivo, apresenta-se como um elo importante na promoção da qualidade de vida no contexto da AOF (p. 334).

Deste modo a autonomia deste trabalhador em relação ao exercício de sua atividade, bem como a maneira que se relaciona com a sociedade e a família neste contexto, são os principais pontos que dão sentido e qualidade à saúde deste agricultor no desenvolvimento de seu trabalho.

3 METODOLOGIA

3.1 ÉTICA NA PESQUISA

Foram adotadas as normas para pesquisas incluindo seres humanos, estabelecidas pela Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Como instrumento de formalização da autorização dos participantes para a realização da pesquisa, foi utilizado o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE A). A realização da pesquisa também passou pela autorização da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Polo Agrícola HortCanaã (ANEXO A) e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão com CAAE: 13195219.1.0000.5087.

3.2 TIPO DE PESQUISA

O estudo tratou-se de uma pesquisa do tipo exploratório descritiva com abordagem quantiquantitativa. Esse tipo de pesquisa aparece de forma cada vez mais frequente, pois integra dados qualitativos e quantitativos em um único estudo, permitindo que cada método ofereça o que tem de melhor e evitando as limitações de cada abordagem (MARCONI; LAKATOS, 2006).

Para Gil (2009) os métodos usados para atender os objetivos anteriormente explanados foram baseados em uma metodologia exploratória, pois procurou analisar a percepção dos trabalhadores rurais que passaram pelo processo de reassentamento da Vila Madureira sobre sua qualidade de vida no trabalho, a fim de formular um trabalho com as hipóteses precisas e prontas a serem fundamentadas.

Para Marconi e Lakatos (2007) o estudo exploratório-descritivo tem o intuito de descrever os eventos por completo, podendo apresentar-se de maneira quantitativa ou qualitativa, onde neste trabalho foi abordado num contexto quali-quantitativo.

3.3 LOCAL

O local de realização da pesquisa tratou-se do Polo Agrícola HortCanaã, localizado no bairro da Pindoba no município de Paço do Lumiar, região metropolitana de São Luís – MA. O polo fica a aproximadamente 6 km da Vila Residencial Nova Canaã, local de moradia da maioria das famílias que fizeram parte do processo de deslocamento da Vila Madureira, em 2009, para o local de reassentamento em questão. As coletas foram realizadas neste lugar

por se tratar do local de trabalho dos atores desta pesquisa. Alguns dos trabalhadores foram entrevistados em sua residência, também localizada no polo, e outros no próprio campo de plantação.

3.4 PARTICIPANTES

Os participantes foram os membros das famílias que fizeram parte do processo de Reassentamento da Vila Madureira e que hoje atuam como agricultores no Polo Agrícola HortCanaã. Utilizou-se uma amostra por conveniência e não probabilística baseada no critério de acessibilidade. Desta forma foram entrevistadas 10 pessoas de oito famílias diferentes. Entre os participantes tem-se quatro mulheres e seis homens

Com base nos critérios de inclusão, fizeram parte da pesquisa os indivíduos que: aceitaram fazer parte da mesma, declarando isto por meio de assinatura ao TCLE (APÊNDICE A); possuíam mais que 18 anos de idade e que atuassem na agricultura.

Com base no critério de exclusão, não puderam fazer parte da pesquisa as famílias e indivíduos que não fizeram parte do processo de reassentamento ocorrido no local.

A fim de manter o sigilo dos participantes estes foram citados por numeração, seguida da especificação do sexo, com as iniciais M para mulheres e H para homens e da idade.

3.5 INSTRUMENTOS

O instrumento para a coleta de dados foi constituído um questionário sobre a identificação sócio demográfica do participante (APÊNDICE B). Utilizou-se entrevista semiestruturada para coletar algumas informações em relação à organização de trabalho dos participantes (APÊNDICE C). E por fim utilizou-se o questionário semiestruturado, retirado e adaptado da tese de doutorado da professora orientadora deste trabalho (PESSOA, 2014) (APÊNDICE D). Para atender aos critérios da presente pesquisa, este questionário foi adaptado pela mesma do WHOQOL-bref – World Health Organization Quality Of Life instrument.

Para maiores esclarecimentos, o WHOQOL-bref trata-se de um instrumento elaborado pela Organização Mundial de Saúde e Qualidade de Vida para avaliar QV. Este possui quatro domínios e em cada um destes há uma série de facetas que contribuem para uma melhor avaliação da QV. Estão descritos a seguir cada domínio e suas respectivas facetas:

- I- Domínio Físico: compreende os aspectos relacionados a dores e desconfortos de ordem física, fadiga, níveis de energia e disposição, capacidade de trabalho, informações relacionadas a sono e repouso, atividades da vida cotidiana, uso de medicamentos ou tratamentos de saúde.
- II- Domínio Psicológico: busca avaliar os aspectos relativos a autoestima, pensamento, aprendizado, memória e concentração, sentimentos positivos e negativos, imagem corporal e aparência, espiritualidade e crenças pessoais.
- III- Domínio Relações Sociais: abrange os fatores relacionados ao suporte ou apoio social, relações pessoas e atividade sexual.
- IV- Domínio Meio Ambiente: compreende os aspectos de segurança física e proteção, recursos financeiros, lazer, a disponibilidade e qualidade dos cuidados de saúde e cuidados sociais, o ambiente familiar, transporte, clima, poluição, ruídos, oportunidades de adquirir informações e habilidades.
(The WHOQOL Group, 1998, apud FLECK, 2000)

3.6 PROCEDIMENTOS

3.6.1 Coleta de dados

A coleta dos dados foi dividida em dois momentos. No primeiro foram realizadas visitas ao Polo Agrícola HortCanaã para observação geral do funcionamento e rotina de trabalho e estabelecimento do vínculo de confiança com a comunidade para melhor realização da pesquisa. As observações foram devidamente registradas em diário de campo e compõem parte deste relatório.

No segundo momento iniciou-se a coleta de dados propriamente dita, por meio de contato direto, no ambiente de trabalho dos agricultores que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos, utilizando o questionário elaborado para esta população.

A imersão em campo se deu por meio de visitas periódicas, de pelo menos uma vez a cada 15 dias, totalizando 10 visitas, realizada em um período de cinco meses. Houve semanas em que não fora possível a realização da visita, porém as ausências foram supridas conforme surgiam as oportunidades. Cada visita possuiu em torno de duas horas de duração, havendo ocasiões em que estenderam-se até três horas/ três horas e meia, sempre no turno da manhã, com uma única exceção, onde foi realizada uma visita no horário vespertino, no entanto, a pouca movimentação de trabalhadores nos fez optar por manter o turno matutino como

horário regular de visitação. A cada ida ao local, eram realizadas conversas diretas com pelo menos dois trabalhadores. Cinco destes eram encontrados com maior frequência. As coletas por meio de entrevista e aplicação do questionário tiveram início a partir da quinta visita, sendo necessário um total de cinco encontros para a realização de todas elas.

3.6.2 Análise de dados

Para análise os dados foram agrupados de forma sistematizada e posteriormente tabulados. Os dados coletados foram processados no programa Excel para a construção de um banco de dados referentes às variáveis quantitativas e expresso em gráfico e tabelas com o auxílio da planilha Excel for Windows XP versão 2010. Tais procedimentos permitiram a análise e discussões com base na literatura pertinente do tema abordado

Análise de conteúdo utilizada para a entrevista foi a de Bardin (1977), onde foram destacadas categorias de análise dentro de cada um dos quatro domínios presentes no WHOQOL-bref, para melhor compreensão destes, com base nos principais destaques das falas dos entrevistados e demais dados coletados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

A tabela 1 apresenta o perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa. Trata-se de 10 agricultores, de oito famílias diferentes, entre estes quatro mulheres e seis homens. A maior parte da amostra possuía entre 40 e 55 anos, sendo assim, a média de idade do grupo estudado é de 52,7 anos. O participante mais novo da pesquisa possuía 25 anos e o mais velho 69 anos. Em relação ao estado civil, temos em sua maioria pessoas casadas e que possuem filhos, em média entre um e cinco filhos.

Tabela 1 - Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa

Entrevistado	Sexo	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Número de filhos	Local em que reside
1	M	42	Casado	E. F. Completo	2	Polo
2	M	68	Casado	E. M. Completo	9	Vila
3	F	50	Casado	E. F. Completo	3	Polo
4	M	25	Solteiro	E. M. Completo	0	Polo
5	F	43	Casado	E. F. Incompleto	5	Polo
6	F	61	Solteiro	E. S. Completo	1	Vila
7	M	55	Casado	Sabe ler/escrever	2	Polo
8	F	47	Solteiro	E. M. Completo	3	Vila
9	M	69	Casado	Sabe ler/escrever	5	Polo
10	M	67	Casado	E. F. Incompleto	29	Polo

Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

De modo geral, nesta atividade predomina a prática por sujeitos do sexo masculino, no entanto encontrou-se uma amostra significativa do sexo feminino, onde duas das entrevistadas eram casadas e duas solteiras, de maneira que apenas uma destas realiza a atividade da agricultura como auxiliadora de seu companheiro, as demais são as principais representantes e administradoras do negócio.

Percebeu-se que as mulheres “possuem uma significativa importância na dinâmica da unidade de produção, interferindo diretamente nas diferentes esferas de atuação produtiva e reprodutiva” (MESQUITA; MENDES, 2012, p. 2) e conseqüentemente entende-se que seja mais dificultosa a conciliação do trabalho na terra com as atividades domésticas, cuidado com os filhos e outros. Neste contexto, a mulher não é uma figura invisível como boa parte da literatura afirma (MESQUITA; MENDES, 2012), no entanto, o quantitativo de mulheres envolvidas nesta atividade entre a população estudada, ainda é pouco significativo. Revela-se diante desta reflexão que a maioria dos entrevistados homens não possuem esposas que trabalhem ativamente na agricultura.

Entre as oito famílias entrevistadas, apenas duas possuem filhos que atuam na atividade agrícola, nas demais famílias há filhos ainda em idade escolar – e por isso não trabalham –, e filhos que possuem família e renda não relacionadas a agricultura – atuam em outras profissões.

Nota-se que a saída dos filhos de agricultores para atividades na zona urbana é algo recorrente e em alguns casos os próprios pais incentivam este movimento para que seus filhos busquem sua independência e a garantia de uma renda mensal fixa, (ESTEVAM; SALVARO; BUSARELLO, 2015) pois apesar de obterem prazer no exercício da atividade agrícola, reconhecem as dificuldades que lhes acometem principalmente no que se refere ao fator financeiro.

Em relação a escolaridade, 50% dos entrevistados possuem ensino médio completo ou o fundamental completo, conforme apresentado na tabela 1. Não encontrou-se nenhum participante na condição de analfabeto. A respeito disso, uma das entrevistadas, que possui ensino superior completo nos cursos de História e Educação Física, declarou que:

O pessoal pensa que aqui é só analfabeto carente, mas não, eu estudei. Antes de vir para cá eu era professora e tinha muita gente interessada na minha história por isso. No início eu não deixava que me filmassem, mas depois que me aposentei fiquei mais tranquila porque eu fiquei trabalhando só aqui mesmo. Já dei muita entrevista por conta disso, o pessoal queria saber como era ser uma professora agricultora (Entrevistada 6/M/61anos).

Muito é dito sobre a condição de escolaridade dos trabalhadores rurais como sendo, em sua maioria, de baixa escolaridade e muitos, inclusive, em condições de analfabetismo, (ALVES; GUIMARÃES, 2012) o que de fato se caracteriza como uma realidade recorrente, apesar de haver exceções, como no caso da presente amostra.

Boa parte dos entrevistados vêm de famílias também ligadas à atividade rural. Esse dado nos leva a considerar o fato de que os filhos destes trabalhadores são, por vezes, levados ao trabalho desde bem cedo, com o intuito de ajudar a família e por isso a escola não é tida como prioridade por conta das necessidades emergenciais do lar (FUKUI, 1980). No entanto há outras possíveis justificativas – trazidas também por Fukui (1980) – para este fato, que apresentam relação com questões bem mais amplas e complexas abrangendo aspectos sociais, culturais e até políticos

Dos 10 agricultores entrevistados, sete residem no Polo Agrícola, onde trabalham, e apenas três residem na Vila Nova Canaã. Todos inicialmente receberam, de acordo com o programa de reassentamento, uma casa na Vila que fica aproximadamente seis quilômetros do polo. Por conta disso, optaram por construir uma residência no polo para facilitar a dinâmica de trabalho, pois segundo eles a distância é uma dificuldade que inviabiliza uma rotina fixa de produção.

Entre os três agricultores que não residem no polo, apenas um (entrevistado 2/H/68anos) deles relatou não se incomodar com a distância, pois possui veículo próprio, os demais confirmaram ser incômodo, e um deles relatou que tem o desejo de construir uma casa no polo em breve. A entrevistada 3/M/50anos relatou que assim que chegaram na Vila e perceberam que era longe do polo, preferiram criar acomodações neste, mas ainda mantêm a residência na vila, onde o filho reside.

Para obtenção de um panorama geral de como enxergam seu trabalho, perguntou-se: *quais vantagens percebem na sua atividade agrícola enquanto manejo orgânico?*

Tabela 2 - Vantagens que enxergam na AOF

Ausência de agrotóxicos	Produzir alimentos saudáveis	Obter mais lucros	Sentir prazer no trabalho	Reconhecimento dos consumidores	Preservação da saúde
10	10	3	10	3	10

Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

Todos os entrevistados concordaram que a ausência de agrotóxicos, a produção de alimentos saudáveis, sentir prazer no trabalho e a preservação da saúde, são fatores vantajosos dentro da agricultura orgânica. Apenas três consideraram obter mais lucro e ter reconhecimento dos consumidores. Com algumas ressalvas: a obtenção de mais lucros

somente quando se trata de projetos e o reconhecimento de apenas alguns consumidores mediante esforço, por parte do agricultor, para esclarecer a diferença entre seu produto e os demais.

Isso mostra que apesar da insatisfação com a falta de reconhecimento e baixos lucros por parte da maioria, há vantagens significativas nesta atividade principalmente no que se referente aos fatores que contribuem diretamente para a qualidade de vida destes trabalhadores, uma vez que é um tipo de agricultura ecologicamente correta. Como confirmam Pessoa e Alchieri (2013) ao afirmarem que a AOF trata-se de uma prática que prima pela qualidade tanto dos alimentos como do solo, mas também, pela saúde do agricultor, trazendo vantagens à qualidade de vida deste.

4.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

De maneira geral o trabalho se caracteriza como coletivo, por ser, na maioria dos casos, realizado por mais de um membro da mesma família. Podemos demarcá-lo também como individual, no sentido de que cada família trabalha isoladamente e aparentemente não há uma produção coletiva que funcione de maneira significativa. Cada família possui um lote delimitado, onde produzem e residem. Há espaços no polo de uso coletivo como, por exemplo, a casa de forno para produção de farinha, os toneis de armazenamento de calda/composto orgânico, o escritório de reuniões, e outros.

4.3 ANÁLISE DA QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DOS AGRICULTORES

Neste tópico foram trabalhadas as análises de conteúdo referentes a cada um dos domínios de avaliação da QV pertencentes ao instrumento WHOQOL-bref adaptado, como já mencionado na metodologia do presente trabalho. Em cada um dos quatro domínios destacou-se categorias de análise, seguindo o método proposto por Bardin (1977).

4.3.1 Domínio Físico

Neste domínio destacou-se algumas categorias para análise de conteúdo, tais com: jornada de trabalho; estado de saúde; interferências do trabalho sobre o corpo.

a) Jornada de trabalho

Como o ambiente de trabalho destes atores coincide com o ambiente do lar, acabam por trabalhar na maioria do tempo, tornando dificultosa esta separação entre casa e trabalho, sendo este último, parte integrante da vida destes. Os dados coletados mostram que 50% da

amostra trabalha todos os dias. Considerando que 70% reside no polo e entre estes, 20% não trabalha apenas no sábado, por questões religiosas, percebeu-se que o trabalho ocupa grande parte de sua rotina semanal. Os demais 30% por não residirem no polo, conseguem fazer uma separação um pouco mais significativa entre casa e trabalho.

No referente ao horário de trabalho, 80% dos entrevistados responderam que trabalham em horário integral, compreendendo manhã e tarde. Apenas uma agricultora relatou que trabalha também no horário da noite, mas esporadicamente, e outra relatou trabalhar apenas no horário da manhã. Ao serem indagados sobre fazerem pausa para o momento da refeição, todos os entrevistados responderam positivamente. O tempo de descanso é variado, podendo ocorrer apenas no horário do almoço, mas também, em outros momentos, como nas horas de sol mais intenso.

Apesar da jornada de trabalho bastante intensa, não se pode deixar de destacar que a possibilidade de flexibilizar horários é um aspecto vantajoso, sendo usufruído sempre que sentem necessidade, uma vez que são os donos do próprio negócio, podem administrar e se responsabilizar pelas consequências disso. O Entrevistado 1/H/42anos relatou que ajusta seus horários de acordo com suas demandas pessoais. Geralmente trabalha de segunda a sexta, no entanto, se precisar sair para resolver algo em algum destes dias, se ausenta sem preocupação. Um outro entrevistado também confirma esta premissa ao relatar:

Não é como os trabalhos por aí que você entra 7hs e sai 18hs, não, aqui eu que faço meus horários, eu prefiro começar bem cedo porque quando dá a hora que o sol tá mais quente eu paro, por exemplo, uma hora dessas (10:40h) eu já tô quase saindo, aí volto só mais tarde, quando o sol esfria um pouco (Entrevistado 4/H/25anos)

Segundo estudo realizado por Graf (2016), com jovens que atuam na agricultura, fazer seus próprios horários é uma vantagem destacada por eles, uma vez que pode tornar sua rotina mais dinâmica e possibilitar maior qualidade de vida.

Apesar disso, alguns dos agricultores como a Entrevistada 3/M/50anos relatou ser cansativa a rotina mesmo diante da possibilidade de flexibilização de horários, pois o plantio, por vezes, apresenta demandas que precisam ser atendidas com certa urgência: “quando dá o tempo a gente tem que colher, se não é arriscado perder. Quando tem serviço pra fazer, eu faço, até a noite se for preciso, porque as vezes eu vou vender no dia seguinte” (Entrevistada 3/M/50). O que confirma a afirmação de Stein e Aosani (2016) quando relatam que o trabalho dos agricultores é regido por agentes imprevisíveis relacionados a tempo, clima,

condições da terra, problemas com animais e, por isso, acabam por não ter horários de trabalho bem definidos, dependendo das demandas que precisam ser atendidas.

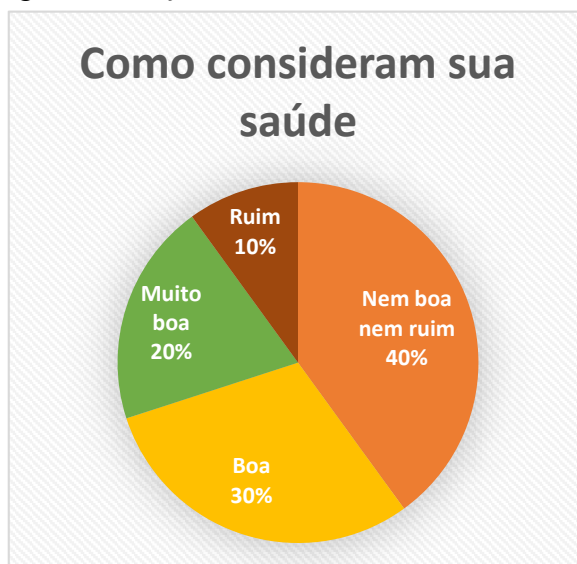
b) Estado de saúde

Quando indagados a respeito da produção orgânica em relação às vantagens à sua saúde, responderam positivamente, relatando os benefícios que obtêm diante de um tipo de manejo isento de venenos. Um entrevistado relatou o seguinte: “Ah, sim! Aí sim! Pra mim é bom, eu sei que é saudável.” (Entrevistado 7/H/55anos). Ouviu-se também outros relatos: “eu arranco daqui e só passo uma água e já tá pronto pra comer. Se a gente usasse veneno eu ia ficar com aquela preocupação, será que pode comer? Será que eu não vou me envenenar?” (Entrevistada 8/M/47anos). “Eu só como do que eu planto, mesmo quando eu vou pra casa dos meus filhos eu levo minhas coisas. Olha, eu nunca mais adoeci, porque me alimento bem” (Entrevistada 6/M/61anos).

Pessoa e Alchieri (2013, p. 334) destacam que a produção agrícola orgânica é agente importante de saúde para o trabalhador além de ser útil para a preservação do meio ambiente. Destacam que “a adoção de práticas orgânicas prevê mudanças observadas tanto na qualidade dos alimentos quanto na saúde dos trabalhadores. [...] Logo, o caminho sugere uma sociedade guiada por um comportamento com base ecológica e social mais justa”.

Em relação a problemas de saúde, e realização de procedimento cirúrgico, apenas um dos entrevistados relatou ter realizado alguma cirurgia nos últimos seis meses; 60% dos agricultores relataram ter algum tipo de problema de saúde, entre eles: asma, diabetes, cisto, hipertensão, problemas na próstata, problemas oftalmológicos, colesterol e anemia; estes fazem uso de medicamentos regulares para os referidos problemas. Uma das entrevistadas contou já ter sofrido de câncer no útero, mas atualmente faz acompanhamento apenas para controle. Os demais, 40%, não relataram nenhum tipo de problema de saúde diagnosticado.

Gráfico 1 - Como enxergam a situação de sua saúde



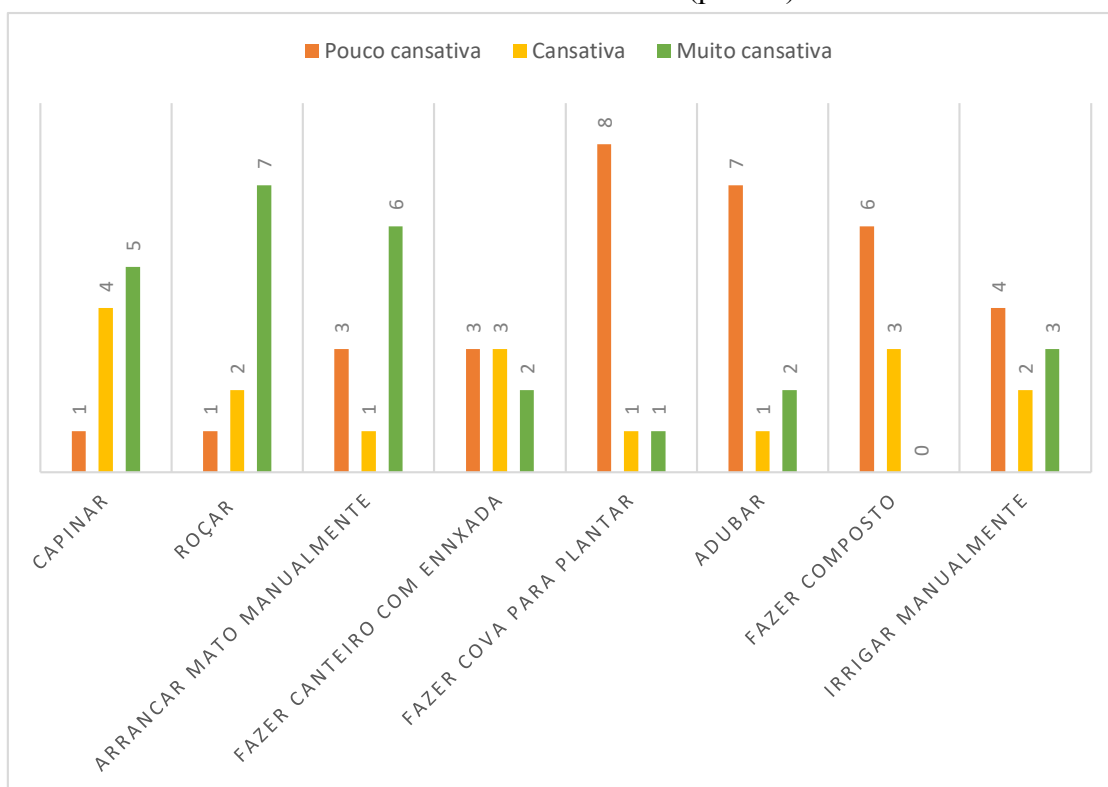
Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

Alves e Guimarães (2012) relatam que em se tratando de saúde e doença para esta categoria de trabalhadores, estar doente, ou ceder ao adoecimento, significa ausentar-se da rotina de trabalho, principalmente considerando o imenso esforço físico que a atividade da agricultura demanda, sendo assim, se seu estado de saúde os permite exercer suas atividades, consideram sua saúde como adequada, o que não significa que considerem sua saúde como realmente satisfatória, no entanto lhes é suficiente para atender suas necessidades.

c) Interferências do trabalho sobre o corpo

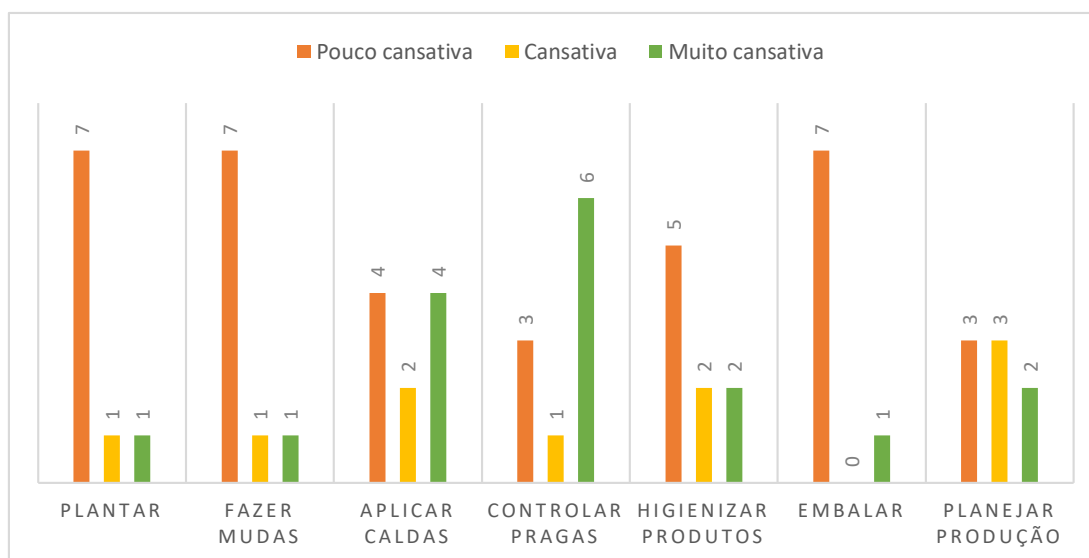
Em relação às interferências que o exercício da atividade agrícola pode causar fisicamente aos agricultores, destacou-se os seguintes dados: perguntou-se sobre as atividades que consideram mais incômodas ou cansativas, estas foram registradas em uma escala de 1 a 3 – sendo 1 as atividades menos incômodas e 3 as atividades mais cansativas – os dados que podem ser observados nos gráficos 2 e 3 a seguir.

Gráfico 2 - Atividades mais cansativas ou incômodas (parte 1)



Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

Gráfico 3 - Atividades mais cansativas ou incômodas (parte 2)



Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

É possível observar que as tarefas de roçar, arrancar mato manualmente, e controlar pragas foram destacadas como mais incômodas pela maioria dos entrevistados, e entre as atividades relatadas com menos cansativas encontramos a tarefa de fazer covas para plantar, adubar, plantar, fazer muda, e embalar os produtos para a venda. Percebe-se que as tarefas

destacadas como mais incômodas são as que demandam maior esforço físico e que por sua vez são realizadas ao logo do dia (manhã e tarde), sob sol ou chuva; as demais atividades, destacadas como menos cansativas, são as que realizam conforme compareça necessidade, podendo ser realizadas em qualquer horário do dia, inclusive a noite e até mesmo dentro de suas casas com mais praticidade e comodidade.

Quando indagados sobre possuir algum tipo de dor ou desconforto físico a resposta mais recorrente foi a de dor na coluna em pelo menos 50% da amostra. O entrevistado 1/H/42anos, que relatou sofrer de dores lombares, e admite que estas dores são oriundas do exercício de suas tarefas na agricultura. A entrevistada 5 contou que possui estratégias para lidar com as dores sem precisar deixar de realizar seu trabalho: “Quando eu vou plantar ou colher na horta eu levo um banquinho, porque se eu ficar muito tempo nessa posição (encurvada), minhas costas doem” (Entrevistada 5/M/43anos).

Alves e Guimarães (2012) apontam para o fato de que os esforços físicos e posturais realizados nas atividades do contexto rural põem estas atividades entre as que apresentam maior risco a segurança do trabalhador e à sua saúde por se tratar de um trabalho altamente repetitivo e que exige posturas bastante cansativas por meio de “[...] inclinação prolongada do tronco em atividades de molhar, adubar, capinar, dentre outras. Tais aspectos revelam que a atividade envolve alto grau de risco ergonômico para desordens músculo-esqueléticas” (ALVES; GUIMARÃES, 2012)

Stein e Aosani (2016) falam sobre os problemas de ordem física como dores de coluna, – bastante citada pelos entrevistados – excesso de exposição ao sol sem proteção e outros. Tais problemas mostram que apesar de sua prática e ambiente em que vivem contribuam para um melhor desenvolvimento da qualidade de vida, existem fatores pontuais que, podem comprometer este construto.

4.3.2 Domínio Psicológico

Neste domínio destacou-se a categoria prazer e realização no trabalho para análise de conteúdo.

a) Prazer e realização no trabalho

Em relação a seguinte pergunta: “*Você gosta de realizar a atividade da agricultura?*”, todos os trabalhadores responderam positivamente. Segundo seus relatos, sentem-se bastante realizados com a prática da agricultura. Percebeu-se também uma grande ligação entre tal

realização e os benefícios que usufruem com esta prática. Benefícios não em termos financeiros, mas em relação à saúde e ao prazer na realização de suas tarefas, principalmente a atividade de plantar.

Quatro dos entrevistados destacaram o quão prazeroso é ver o fruto de seu trabalho crescer, por isso, além de estar entre as tarefas menos incômodas, citadas por eles, plantar é uma das atividades que mais traz prazer ao trabalho dos agricultores.

Foi realizada uma pergunta aos entrevistados a respeito de qual seria sua escolha de vida caso pudesse passar por um recomeço, principalmente em se tratando da sua profissão atual. Foi feita a seguinte pergunta: “*Se você pudesse começar ‘uma outra vida’, escolheria ser agricultor novamente?*” As respostas se deram de maneira bastante variada: cinco dos entrevistados responderam que “sim”; dois responderam “não” e três não responderam⁷. No entanto, cabe ressaltar que dos cinco que responderam positivamente, apenas um respondeu sem apresentar ressalvas ou condições, os demais responderam que sim sob certas exigências ou circunstâncias.

O Entrevistado 2/H/68anos e a Entrevistada 6/M/61anos, antes de serem agricultores exerciam profissões bem distintas, eram mestre de obras e professora, respectivamente, e hoje estão aposentados. Por isso ao responderem esta pergunta relataram que não se desagravam da profissão que executaram ao longo da vida e que sentem-se plenamente satisfeitos no presente, com o exercício da agricultura. “Olha, hoje eu não me vejo mais assim em uma sala de aula, eu gosto daqui, de fazer isso, gosto mesmo” (Entrevistada 6/M/61anos). Trata-se de seu momento pós aposentadoria e segundo seus relatos, escolheriam percorrer este mesmo caminho caso pudessem recomeçar a vida.

O trabalho realizado neste momento após o processo de aposentadoria tem particularidades e funcionalidades diferenciadas; sobre isto Santos (2017) diz:

Compreender as razões que levam o idoso a permanecer ou retornar no mercado de trabalho após a aposentadoria implica reflexões sobre o sentido e os significados do trabalho para o homem. O trabalho não consiste apenas em ser uma fonte de renda, mas assume um papel relevante, no sentido de conceder identidade aos sujeitos, valorização, crescimento e desenvolvimento pessoal. Arelado a esse pensamento, evidencia-se a importância dos valores intrínsecos e extrínsecos ao trabalho (SANTOS, 2017, p. 17).

⁷ Por ter sido esta uma pesquisa realizada inicialmente enquanto do programa de iniciação científica, PIBIC, e somente depois adaptada aos moldes deste trabalho monográfico, os entrevistados foram abordados em momentos diferentes deste processo. Sendo assim, três agricultores não foram contemplados com a referida pergunta por ter sido incluída somente após a presente adaptação.

A Entrevistada 8/M/47anos, que também respondeu positivamente, não tem como única atividade laboral a agricultura, por isso sua resposta foi apresentada com ressalvas, no sentido de que gostaria sim de exercer este trabalho da agricultura, porém não como sua única profissão e fonte de renda, mas como uma tarefa prazerosa e complementar.

O Entrevistado 9/H/69anos também um dos aposentados que respondeu à pergunta afirmativamente, apresentou as seguintes condições: “se eu tivesse boa condição seria melhor o trabalho na terra, porque teria meu próprio maquinário, contrataria pessoas pra me ajudar, principalmente agora que eu já tô idoso, debilitado pra fazer algumas coisas”.

Por sua vez, a Entrevistada 5/M/67anos, apesar de também apresentar certas exigências, não as apresentou de maneira condicional e por isso, respondeu positivamente de maneira mais segura:

Com certeza! Eu digo assim, se eu fosse muito rica, eu ia comprar umas terras pra mim num lugar bem distante, ia fazer uma casa no mato e ia botar um monte de animal, ia fazer minhas hortas e ficar só lá cuidando das minhas coisinhas, eu gosto demais de fazer isso, demais mesmo (Entrevistada 5/M/43anos).

Os dois entrevistados que responderam negativamente apresentaram as seguintes falas: “Não! Eu escolheria ser empregado mesmo. Isso aqui só é bom pra quem vende. Eu preferia ser empregado” (Entrevistado 7/H/55anos). “Se a empresa chegasse e indenizasse, eu ia embora e ia procurar uma área com água pra criar peixes” (Entrevistado 10/H/67anos).

Percebe-se assim que, apesar de algumas respostas negativas, e respostas positivas que apresentem certas condições ou observações, a atividade na terra é algo que traz prazer à vida destes agricultores. Contudo, alguns fatores mencionados por eles, como equipamentos, desvalorização e incertezas de teor econômico, comprometem de certa forma os níveis de satisfação destes.

Schneider (1999, p. 133) destaca ainda que “os agricultores familiares, mesmo com todos os problemas que a agricultura tem de ordem conjuntural e estrutural, têm o maior interesse em continuar na unidade agrícola com seu grupo familiar, produzindo alimentos para o consumo [...]”.

4.3.3 Domínio Relações Sociais

Aqui destacou-se as seguintes categorias para a análise de conteúdo: lazer; relações interpessoais e institucionais.

a) Lazer

Quando questionados sobre a realização de alguma atividade de lazer, 80% dos entrevistados relataram que não praticam algum tipo de lazer frequentemente. De maneira geral, citaram viagens, ida à igreja, saída para visitar familiares e propriedades, ida a festas, prática de algum esporte, no entanto, não há regularidade em tais atividades. Admitiram que ocorrem muito raramente. Frequentemente usam o tempo livre para o repouso e para estar com a família, geralmente sem sair de casa. Os demais 20%, que correspondem a duas mulheres que não residem no polo – a Entrevistada 6/M/61anos e a Entrevistada 8/M/47anos – relataram que envolvem-se em atividades de lazer de maneira regular durante a semana, uma com a prática de atividade física, realizando caminhada e crossfit, outra com o envolvimento na dança do tambor de crioula.

Estes dados condizem com a menção realizada por Stein e Aosani (2016) quando destacam que na prática do trabalho agrícola familiar os períodos para entretenimento, quando existem, são bastante restritos.

b) Relações interpessoais e institucionais

Sobre a convivência com parentes e amigos em sua maioria dizem estar satisfeitos ou até muito satisfeitos, pelo fato desta relação ser, de acordo com eles, boa ou muito boa. Quando precisam de apoio em um momento de dificuldade, contam com o cônjuge, filhos ou pais.

De modo geral o trabalho é realizado de maneira individualizada por cada família dentro de sua área. Segundo relatos, em um dia da semana existe o que chamam de “plantio coletivo”, onde se reúnem para cuidar de um espaço que pertence a todos. Foi possível notar que este não funciona de maneira regular, ocorrendo apenas quando acontecem as reuniões de planejamento para tal, sendo assim o trabalho coletivo não funciona como realmente arquitetado. Percebe-se que estão sempre bem disponíveis e solícitos a auxiliarem os companheiros quando se faz necessário e da maneira que lhes é viável.

Moscovici (1985) diz que um relacionamento interpessoal harmonioso e prazeroso torna o trabalho mais cooperativo; sendo assim o grupo torna-se mais coeso e com maior identificação para tomar decisões e chegar a consensos que favoreçam a todos.

Isso pôde ser observado durante uma das visitas em que houve uma reunião, entre os agricultores e um grupo de representação política, com o intuito de estabelecer parcerias. A proposta era a construção de casas no ambiente do polo e consequentes melhorias na estrutura deste, como abastecimento de água mais eficiente, iluminação, e outras. Observou-se, por meio de conversa informal, a insatisfação por parte dos trabalhadores em relação a esta proposta, pois o projeto, se realizado, diminuiria o espaço que lhes pertence e perderiam autonomia sobre o seu terreno. Mesmo com os possíveis ganhos relatados na proposta, não seria vantajoso.

Um dos trabalhadores, que não participou da amostra desta pesquisa, contou que é recorrente a chegada de propostas semelhantes, no entanto, os agricultores conseguem ponderar o que de fato pode ser implementado ou não; relatou que: “eles vem com umas propostas direto pra cá, mas chegando aqui eles percebem que a gente é mais esperto do que eles imaginavam, aí a gente contesta e eles não voltam mais” (DIÁRIO DE CAMPO).

Assevera-se que 90% dos agricultores relataram estar vinculados à Associação dos Moradores da Vila Nova Canaã e à Associação dos Produtores Orgânicos, onde por meio delas são sindicalizados e, segundo estes, os demais trabalhadores que compõem o polo, mas não foram alcançados pela presente pesquisa, também estão sob esta condição. Apenas o Entrevistado 9/H/69anos relatou não estar vinculado ao sindicato dos trabalhadores por ser aposentado – este não é o único aposentado da amostra, no entanto foi o único a dar tal especificação.

Mesmo tendo este vínculo, em algumas conversas informais foi possível ouvir relatos de insatisfação com a administração de recursos por parte da associação, algo que pode gerar comprometimento à confiança e coesão do grupo. Segundo relatos, todos os meses os agricultores vinculados ao polo pagam uma taxa em dinheiro (o valor não foi informado) que deveria servir para atender financeiramente às possíveis demandas referentes ao trabalho do grupo. Porém relataram que há uma má administração dos recursos, não havendo prestação de contas e que não veem resultados a nível coletivo e portanto não sabem de que maneira é empregado o dinheiro que pagam (DIÁRIO DE CAMPO).

Assim percebe-se que apesar de haver um relacionamento interpessoal agradável entre os trabalhadores e seus amigos e familiares, há pouca identificação com os representantes diretos de sua categoria a nível local.

4.3.4 Domínio Meio Ambiente

Aqui destacou-se as categorias: identificação com o local; imprevistos no trabalho; reconhecimento e remuneração.

a) Identificação com o local

Como já enfatizado anteriormente, muitos aspectos, territoriais, culturais, sociais e econômicos sofrem modificações durante a realização de um processo de reassentamento (CORRÊA; DINIZ, 2013). Em relação às famílias da presente amostra pode-se destacar, sobre o aspecto territorial, a distância na qual a Vila fora construída, tanto em relação ao lugar de origem, quanto ao local de trabalho, o Polo Agrícola. Também as rupturas, sociais, culturais, territoriais e econômicas enfrentadas pelas população reassentada.

Todos os entrevistados encontram-se naquele local por conta do processo de reassentamento. Questionou-se sobre como se sentem morando ali, e foi unânime a resposta de que gostam do local de trabalho, porém, falam a respeito do Polo Agrícola e não da Vila.

Gosto daqui porque é tranquilo, lá na vila é mais movimentado, minha casa fica na avenida e os ônibus passam bem na porta, eu não me acostumo com essa zoadá, nem conseguia dormir. Prefiro aqui, eu gosto dessa calma, desse silêncio (Entrevistada 3/M/50anos).

A Entrevistada 5/M/43anos demonstrou-se bastante satisfeita ao declarar: “eu amo este lugar”. O Entrevistado 4/H/25anos também relatou: “Eu gosto da tranquilidade daqui, a gente veio pra cá por ser melhor para o trabalho, não ficar indo e vindo todo dia, mas já gosto mais daqui do que da vila, vou lá só as vezes”.

Pode-se então atentar à qualidade de vida promovida por esta realidade do ambiente rural e pelo estilo de vida que adotam (PESSOA; ALCHIERE, 2013).

Em relação ao processo de reassentamento propriamente dito, foi questionado se sentiam falta da antiga moradia e da vida que levavam na Vila Madureira e as respostas foram bastante variadas.

Tabela 3 - Falta da moradia na Vila Madureira

Sentem pouca falta	Sentem muita falta	Não sentem falta	Não sentem falta e preferem a condição atual do que a anterior
3	2	3	2

Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

A Entrevistada 3/M/50anos que é uma das que declarou sentir pouca falta, diz estar adaptada, relatando:

A casa que a gente tinha na Vila Madureira, era muito maior do que a casa de conjunto que recebemos aqui. Eu acho que devia ser proporcional, mas não foi. Aí meu marido teve que cadastrar o nome do meu filho pra gente poder ganhar duas casas, pra compensar né! (Entrevistada 3/M/50anos).

O esposo da entrevistada 3, um dos que relatou sentir muita falta da Vila Madureira declarou:

Lá era melhor pra mim, eu criava o que eu queria, pato, ganso, galinha... aí o cara sente falta disso. Era pra nós continuarmos, mas chegando aqui foi diferente. Aqui não dá pra gente fazer assim, porque lá era tudo separadinho, mas também a gente não trabalhava com horta não. Quando você trabalha como horta, não dá pra criar galinha, por exemplo, se não elas comem tudo (Entrevistado 10/H/67anos).

Refletindo à luz das falas acima e reconhecendo que os indivíduos e o meio em que estão inseridos são elementos que não podem ser separados facilmente – uma vez que carregam uma cultura, uma história e não apenas um território material – (ACSELRAD, 2004), é compreensível que em situações como esta, que envolvem deslocamentos e realocações, existam conflitos e insatisfações recorrentes.

Surgiu também uma reclamação em relação à área do polo que, segundo o Entrevistado 10/H/67anos, a documentação que certifica e comprova que aquele terreno lhes pertence, nunca foi entregue, ou seja, se por ventura quisessem vender as terras ou mesmo comprovar que as possuem para realizar algum procedimento legal, não seria possível, pois não têm os documentos necessários em mãos. Segundo ele as terras encontram-se em nome da empresa responsável pelo processo de reassentamento, que deu um prazo, já extrapolado há anos, para a entrega dos documentos e isso de fato não aconteceu. “Não tem como a gente provar que isso aqui é nosso” (Entrevistado 10/H/67anos). Apenas a escritura das casas localizadas na Vila estão regularizadas.

Uma das entrevistadas que declarou não sentir falta da antiga moradia na Vila Madureira e preferir a condição atual, relatou o seguinte:

Eu gosto daqui (do polo), lá na Vila falta muita coisa, não tem transporte não tem farmácia... mas daqui eu gosto muito. Olha, tem muita gente que reclama de ter vindo pra cá, mas eu vejo tudo com uma oportunidade, você tem que saber aproveitar as oportunidades e foi isso que eles (a empresa responsável pelo reassentamento) deram aqui pra gente, se eu tivesse permanecido lá eu não tinha nada disso que eu tenho hoje. Eu fiz muitos cursos [...], terminei de estudar, passei no seletivo do município onde trabalho como merendeira; meu filho hoje é cantor e vive disso por causa de um tipo de show de talentos que teve aqui. Então eu tenho muita gratidão pelo que fizeram pela gente (Entrevistada 8/M/47anos).

O Entrevistado 2/H/68anos – um dos principais mediadores do processo de reassentamento– contou que no início, assim que foram reassentados e iniciaram os trabalhos agrícolas no polo, receberam uma bolsa de custo, no valor de um salário mínimo, para auxílio em suas tarefas na agricultura pelo período de um ano. Ao fim deste prazo que fora acordado, a bolsa cessou e muitos trabalhadores deixaram de frequentar o polo. Segundo ele, estas pessoas estavam interessadas apenas na ajuda de custo, não eram agricultores de fato. Declarou: “a empresa nos ajudou oito anos, daí pra cá a responsabilidade é nossa” (Entrevistado 2/H/68anos). Segundo ele o município não parece se interessar muito pela categoria e pelo trabalho desenvolvido por eles, pois não presta nenhum tipo de auxílio.

É interessante ressaltar que nem todos os agricultores da amostra exerciam esta profissão antes da mudança da Vila Madureira, alguns haviam tido contato com a agricultura apenas na infância por intermédio dos pais, outros cultivavam mas não para obter renda, outros também realizavam atividade rural, porém não como agricultores, criavam animais com galinha, peixe, entre outros. Há também os que não atuavam com nenhuma atividade do contexto rural. Sendo assim 30% dos entrevistados precisaram se adaptar a atividade rural juntamente com a adaptação da mudança do reassentamento, os demais 70% já tinham certo conhecimento sobre a atividade no âmbito rural, mesmo que de maneira indireta.

Uma das entrevistadas contou sobre seu processo de adaptação à atividade agrícola onde pode-se notar que tal adaptação há um novo tipo de tarefa, por vezes, doloroso e lento:

Eu aprendi aqui. Como eu disse, era professora, nunca tinha trabalhado com a terra assim. Contratei uma pessoa pra me ensinar. No começo era ruim demais, eu não tinha costume de tá assim no sol, não era acostumada com esse cheiro de composto, dava vontade de vomitar. Todo dia quase eu desmaiava por causa do sol, aí minha irmã vinha me ajudar, mas depois me acostumei, agora nem sinto mais nada (Entrevistada 6/M/61anos).

Entende-se que por se tratar de um programa de realocação involuntária, a empresa responsável pelo processo de reassentamento buscou meios para proporcionar as condições necessárias para manter a reprodução dos vínculos sociais, moradia e atividade econômica, (MPX, 2010). Isso não significa que de fato tenha obtido sucesso a vista da população como um todo. Detectou-se, durante a pesquisa, agricultores bastante satisfeitos com as condições em que se encontram e outros com um alto grau de insatisfação, além de ser notório também os riscos e o sofrimento que este processo pôde trazer durante o período de adaptação.

As condições relativas a transporte e acesso a saúde também são passíveis de questionamentos, uma vez que não há uma unidade de saúde próxima à localidade do Polo Agrícola e o posto existente na Vila Nova Canaã, conforme a última visita em Abril do corrente ano, não estava em funcionamento; o transporte público é composto por uma única linha de ônibus com intervalo médio de 50 minutos entre sua passagem.

b) Imprevistos no trabalho

Quando questionados sobre os imprevistos no exercício de suas tarefas, ouviu-se as seguintes respostas.

Tabela 4 - Imprevistos e incidentes no trabalho

Acontecem com frequência	Acontecem às vezes	Acontecem raramente	Não acontecem
3	2	3	2

Fonte: autoria própria com base nos dados da pesquisa (2019)

Os imprevistos relatados dizem respeito, principalmente, aos ataques de pragas, clima, condições da terra e água. Os que relataram não ter imprevistos justificaram sua resposta afirmando que estas variáveis, citadas acima, ocorrem, porém para eles já são bastante previsíveis, por isso, não consideram como um imprevisto de fato.

Em relação as dificuldades presentes no trabalho da Agricultura Orgânica Familiar, as que mais compareceram dizem respeito a encontrar mercado para os produtos e fazer o controle de pragas, pois não se utilizam de agrotóxicos; na sequência compareceram também as dificuldades para realizar a comercialização dos produtos e para a realização de tarefas manuais – principalmente entre os entrevistados mais velhos; logo após, as dificuldades para

realização de atividades que exigem esforço mental, como planejar a plantação, por exemplo, e na realização de uma grande variedade de tarefas.

Stein e Aosani (2016, p. 8) falam sobre estas agentes imprevisíveis que acometem o trabalho dos agricultores, como clima, pragas, problemas com a terra e demais dificuldades que enfrentam. Estas variáveis de tempo e animais peçonhentos são, por vezes, incontroláveis e acabam por comprometer o resultado da produção e conseqüentemente a renda obtida.

c) Reconhecimento e remuneração

A situação econômica foi algo frisado de maneira bem particular por cada entrevistado, sete deles relataram a situação econômica como média, dois como ruim e um como boa. Mas, 100% deles não possuem como fonte de renda apenas a agricultura. Das oito famílias representadas, uma recebe como auxílio a bolsa escola, uma trabalha em outra atividade remunerada como merendeira e auxiliar de cozinha e as demais recebem aposentadoria. Quando indagados sobre a renda mensal oriunda apenas da agricultura responderam, de modo geral, ser baixa, com exceção dos meses em quem há projetos.

O Entrevistado 9/H/69anos contou: “Aqui quando não tem projeto, não dá pra viver não. Aqui tem gente que a gente sabe que passa necessidade, minha filha, que tem dia que não tem o que comer”. O Entrevistado 7/H/55anos também relatou que: “Dá pra passar, mas é só quando tem projeto, aí chega a uns 2 mil reais, por aí”.

Os projetos de que se referem tratam-se da parceria que o polo estabelece com a Prefeitura no PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), onde fornecem alimentos para 23 escolas e infelizmente os relatos acima mostram que isso não ocorre de maneira regular, pois as reclamações sobre falta de projetos são recorrentes.

A comercialização é realizada na frequência de um a dois dias, em média, por semana diretamente nas feiras e entre eles mesmos, de maneira que alguns agricultores vendem para outros que comercializam nas feiras. Um dos entrevistados relatou sua insatisfação com esta situação ao contar que:

Eu não vendo na feira, eu passo pro pessoal vender aí chegando lá eles vendem bem mais caro né, o lucro é deles, já eu, não ganho quase nada, assim é ruim. Tem feirante que não planta nada, só compra da gente e ganha muito mais, sendo que o trabalho pesado é nosso (Entrevistado 7/H/55anos).

Isso mostra que a atividade da agricultura para que funcione como fonte de renda precisa de atores capazes de exercer uma dupla atividade laboral, além de agricultores precisam ser também vendedores, negociadores. Precisam montar estratégias eficazes para gerar lucros reais o que exige habilidades que nem todos os agricultores possuem. Sendo assim, dois dos entrevistados relataram não mais vender nas feiras, ou seja, plantam apenas para o próprio consumo.

Conforme o artigo 3º da Lei 11.326/2006 (BRASIL, 2006), já citado neste trabalho, que faz a caracterização desta categoria de trabalhadores, – agricultores familiares e empreendedores familiares rurais – possuir renda oriunda da produção agrícola, é um fator que caracteriza este grupo. No entanto, encontra-se uma particularidade nesta amostra pelo fato de que estes produtores em sua maioria, relataram não conseguirem obter lucros válidos para o sustento pleno da família. O que acaba por comprometer até mesmo a condição destes enquanto empreendedores familiares rurais de fato.

Um dos motivos que leva os agricultores a sentirem-se desestimulados em relação a comercialização dos produtos trata-se da falta de valorização dos consumidores e a baixa obtenção de lucros.

O Entrevistado 2/H/68anos quando questionado sobre as vantagens no trabalho com a agricultura orgânica demonstrou grande satisfação em realizar este trabalho, porém não escondeu o descontentamento com a falta de reconhecimento dos consumidores o que faz com que não obtenham grandes lucros como acredita que deveriam obter. Relatou que o consumidor opta pelo que é “mais barato e mais bonito”, características que nem sempre compreendem os produtos orgânicos.

Um dos entrevistados demonstrou indignação a respeito do assunto ao declarar: “Não vejo vantagem nenhuma, dá é prejuízo. Isso é bom pra quem vende pra gente que só planta não é vantagem, não tem lucro. O pessoal não quer saber se é orgânico, se não tem veneno, querem o que é mais bonito e barato” (Entrevistado 7/H/55 anos).

Sendo assim, nem todos os agricultores sentem-se reconhecidos pelos consumidores e acreditam que poderiam ter lucros maiores do que os que possuem se seus clientes tivessem uma compreensão mais clara a respeito do valor de seu trabalho e da qualidade de seus produtos. Ouviu-se ainda outros relatos:

O pessoal não sabe o trabalho que a gente tem e fica pedindo pra abaixar o preço, tem que ser grossa às vezes. Os meus clientes já me conhecem e sabem o meu preço. Reconhecimento não temos ainda, a gente tá tentando. Teve uma vez que o cliente não queria comprar minha alface porque achava que não era americana [...] aí eu trouxe ele aqui e mostrei a diferença, só assim ele se convenceu. Porque o pessoal não conhece, não sabe a diferença, a gente precisa mostrar (Entrevistada 6/M/61anos).

“Tem gente que vem aqui em casa comprar, aí diz: ‘é de vocês, tá caro’. Nós compramos semente, pagamos trabalhador quando precisa, se desgasta e tem que vender barato porque é nosso?” (Entrevistado 10/H/67).

Segundo seus relatos o valor dos produtos fora acordado entre todos os trabalhadores do Polo. Valor este um pouco acima do valor do produto não orgânico. No entanto, quando realizam a venda nas feiras comuns, acabam por reduzir o preço igualando aos demais para que não tenham prejuízos.

Pessoa e Alchiere (2014, p. 431) pontuam que esse sistema de produção, deveria colaborar “para o desenvolvimento rural na medida em que a sociedade/consumidores dá valor ao trabalho dos agricultores, consumindo seus produtos, estimulando-os a estabelecer contatos e a conhecer realidades externas”, no entanto, essa não é a realidade da presente amostra.

Brun e Dugas (2005, apud BENDASSOLLI, 2012) descrevem quatro dimensões do reconhecimento no trabalho. Entre elas, destaca-se aqui duas: reconhecimento pelos *resultados* e pelo *esforço*. Na primeira, são destacados os resultados mensuráveis, que comumente assumem a forma de retribuição financeira. Na segunda, a valorização se dá em uma perspectiva subjetiva onde se reconhece que nem sempre os resultados são compatíveis com o esforço empregado para tal e que por várias vezes o esforço é bem maior que os resultados. Sendo assim o reconhecimento se dá independente da retribuição financeira, ou seja, é simbólico.

Logo, entende-se que em se tratando de reconhecimentos na dimensão dos *resultados*, os agricultores não têm de fato este tipo de recompensa, no entanto o grau de satisfação quanto ao trabalho na agricultura é de 100%, ou seja na dimensão *esforço* estes sentem-se reconhecidos entre si mesmos, pois reconhecem a importância e o valor de sua prática, bem como de seu produto por meio da qualidade alcançada por eles.

5. CONCLUSÃO

Como resultados da pesquisa, destaca-se aspectos que demonstram certo comprometimento à qualidade de vida destes agricultores e aspectos que são favoráveis a este construto.

No Domínio Físico verificou-se, na categoria “jornada de trabalho”, que os horários de trabalho, são estabelecidos por conveniência, apesar de trabalharem, em sua maioria, todos os dias da semana. O fazem da maneira que mais se adequa às suas necessidades, já que são os “donos do próprio negócio”, apesar de que quando demandas urgentes se apresentam, precisam atendê-las de imediato se quiserem evitar prejuízos.

Na categoria “estado de saúde” a produção e consumo de alimentos mais saudáveis destaca-se enquanto característica positiva, no entanto, o seu estado geral de saúde, apresenta-se como duvidoso. A presença de doenças e o uso de medicamentos frequentes para estes problemas é uma realidade recorrente, apesar de que, em sua maioria, não sejam problemas de saúde diretamente relacionados a atividade da agricultura.

A categoria “interferências do trabalho sobre o corpo” traz dados que se apresentam como comprometedores à qualidade de vida no trabalho destes agricultores, uma vez que os esforços físicos que esta prática demanda apresentam risco à sua segurança e saúde.

Dentro do Domínio Psicológico, a categoria “prazer e realização no trabalho” traz pontos que colaboram com a qualidade de vida destes trabalhadores, uma vez que destacam o prazer nas realizações desta atividade, apesar dos problemas existentes neste fazer, em sua maioria não demonstram interesse em abandonar a atividade.

No Domínio das Relações Sociais a categoria “lazer” traz dados que se mostram comprometedores à qualidade de vida destes trabalhadores, considerando que em sua maioria não desenvolvem atividades de lazer ou entretenimento com regularidade, por conta da rotina puxada de trabalho acabam não dispondo de tempo para tal ou preferindo permanecer em casa e descansar quando dispõem deste.

Na categoria “relações interpessoais e institucionais” percebeu-se que a família e amigos funcionam como rede de apoio a estes trabalhadores, o que se faz importante, pois muitos destes são, direta ou indiretamente, seus colegas de trabalho. Percebe-se certa falta de identificação com os representantes diretos da categoria, o que traz insatisfação em certo grau, podendo gerar comprometimento à coesão do grupo. Em relação ao trabalho coletivo não foi possível observar a presença deste de maneira expressiva, visto que as terras são devidamente separadas umas das outras e mesmo que se tenha um ambiente de plantio

coletivo, não funciona de maneira regular, apenas as famílias trabalham juntas entre si, tendo no máximo, quatro membros participando ativamente do plantio

No Domínio Meio Ambiente a categoria de “identificação com o local” apresenta-se de maneira bastante questionável, uma vez que há uma identificação favorável por parte de alguns, mas pelo menos metade da amostra declara sentir falta do antigo local na Vila Madureira. Demais condições, como transporte e acesso a saúde também encontram-se inadequadas.

Na categoria que analisa “imprevistos no trabalho” tem-se o tempo, condições da terra e problemas com pragas como principais incidentes. Fatores estes que fogem ao controle dos agricultores, podendo gerar prejuízos financeiros, sendo assim, fator comprometedor à qualidade de vida destes atores.

Sobre “reconhecimento e remuneração” percebeu-se que é um dos principais fatores que apresenta comprometimento à qualidade de vida da amostra. Visto que não têm reconhecimento por parte da sociedade e dos consumidores o que gera danos diretos à remuneração obtida por eles. Verificou-se também que nem todos os agricultores exercem a atividade da comercialização e que nenhum dos entrevistados possui fonte de renda proveniente exclusivo da agricultura, pois possuem grande dificuldade para comercialização. A falta de valorização enfrentada pelos agricultores é um fator causador de comprometimento qualidade de vida dos agricultores.

Desta forma por meio das análises realizadas aos dados desta pesquisa, é possível dizer que, dos quatro domínios aqui trabalhados, apenas um deles – o domínio psicológico – apresenta mais elementos que favorecem a qualidade de vida destes agricultores, nos demais domínios, apesar de haver aspectos de relevância positiva, destacam-se mais elementos que se mostram como comprometedores à qualidade de vida da amostra estudada. Há entre estes domínios, fatores essenciais que merecem maior atenção e assistência, seja por meio de Políticas Públicas mais eficazes que visem a compensação justa, que forneçam oportunidades de lazer, infraestrutura, saúde e educação adequadas ou mesmo por uma conscientização que gere mudança de atitude aos que de maneira direta ou indireta se relacionam com a agricultura, seja como consumidores de seus produtos, como pesquisadores e outros, entendendo que a prática da AOF precisa de fato funcionar como promotora de qualidade de vida e percebendo o que pode ser realizado em prol disto.

Pode-se ressaltar também que a criação de Políticas Públicas realmente eficazes e capazes de atingir determinado objetivo, só é possível se realizada com a participação de

indivíduos que conheçam as realidades e cenários que precisam ser alcançados, que de fato possuam interesse e instrução sobre o assunto em questão. Do contrário, mais e mais estratégias ilusórias serão criadas e mudança alguma será alcançada. Alves e Guimarães (2012), afirmam que as ações governamentais ainda se mostram ineficientes neste setor e as produções científicas também apresentam maior interesse nas demandas dos setores secundário e terciário, deixando o setor primário em última instância.

Respondendo aos questionamentos iniciais desta pesquisa é possível concluir que os agricultores que atuam no Polo Agrícola HortCanaã, no município de Paço do Lumiar, possuem uma percepção crítica a respeito de sua prática, reconhecendo as qualidades mas também as melhorias necessárias. Apesar de haver certo senso de conformismo, é possível notar ainda um desejo por mudança. Há por parte dos agricultores, a vontade de obter valorização e divulgação de seu trabalho, pois sentem-se esquecidos e sem visibilidade pela maioria da população.

Reconhecendo e ressaltando mais uma vez que esta categoria de trabalhadores carece de visibilidade – seja por parte de autoridades políticas, seja pela população, seja pela academia – como pesquisadora deste trabalho, poder contribuir para tal é motivo de grande satisfação. Espera-se que este trabalho sirva como meio de visualização desta categoria, tendo apresentado elementos suficientes para alertar quanto às necessidades relacionadas à Qualidade de Vida de Trabalhadores Rurais, bem como ampliar conhecimentos a respeito da Agricultura Orgânica e Familiar, na perspectiva da QVT e da Psicologia, podendo ser útil para demais pesquisas semelhantes.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALVES, Raquel Aparecida; GUIMARÃES, Magali Costa. De que sofrem os trabalhadores rurais?–Análise dos principais motivos de acidentes e adoecimentos nas atividades rurais. **Informe Gepec**, v. 16, n. 2, p. 39-56, 2012.
- AZEVEDO, Elaine de; SCHMIDT, Wilson; KARAM, Karen Folador. Agricultura familiar orgânica e qualidade de vida: um estudo de caso em Santa Rosa de Lima, SC, Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, p. 81-106, 2011.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977
- BENDASSOLLI, Pedro F.. Reconhecimento no trabalho: perspectivas e questões contemporâneas. **Psicologia em Estudo**, [s.l.], v. 17, n. 1, p.37-46, mar. 2012. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-73722012000100005>.
- BRANDENBURG, Alfio. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Copyright MDA, 2017. p. 151-167.
- BRASIL, Governo do. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. 2018. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/economia-e-financas/2018/06/agricultura-familiar-brasileira-e-a-8a-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- BRASIL. Constituição (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Lei da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11326-24-julho-2006-544830-normaatualizada-pl.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 510/2016 – Sobre pesquisa envolvendo seres humanos. **Bioética: Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos**, 2016.
- BRASIL. Portaria n.º 86, de 03 de março de 2005. Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e

Aquicultura – NR 31. **Diário Oficial da União**, 4 mar. 2005. Ministério do Trabalho e Emprego.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; MEIRA, Suzana Gotardo de. Agricultura orgânica: uma proposta de diferenciação entre estabelecimentos rurais. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Francisco Beltrão, v. 9, n. 19, p.149-176, out. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/26083/15520>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CARVALHO, Fernanda Cunha de. **Gestão do território, lugar e conflitos socioambientais**: o caso da Usina Termelétrica Porto do Itaqui em São Luís, MA. 2011.

Conselho Federal de Psicologia (Brasil). **Saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública**: referências para atuação da(o) psicóloga(o). Conselho Federal de Psicologia. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.

CORRÊA, M. C; DINIZ, J. S. **Do território à reterritorialização**: o caso da Vila Residencial Nova Canaã, Paço do Lumiar – MA, VI JOINP, São Luís – UFMA, 2013.

DE SOUSA, Maria José Duarte; CAJÚ, Maria Andreza Duarte; OLIVEIRA, Cícera Patrícia Alves. A importância da produção agrícola orgânica na agricultura familiar. **Id on Line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 10, n. 31, p. 82-100, 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

EMBRAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Brasília, DF). **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. 2018. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/documents/10180/9543845/Vis%C3%A3o+2030+-+o+futuro+da+agricultura+brasileira/2a9a0f27-0ead-991a-8cbf-af8e89d62829>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **Interações (campo Grande)**, [s.l.], v. 16, n. 2, p.289-299, dez. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015205>.

FAGUNDES, Wellington. **Agricultura familiar para dar certo**. 2015. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/agro/artigos/exibir.asp?id=308&artigo=agricultura-familiar-para-dar-certo>>. Acesso em: 31 out. 2018

FERREIRA, Mário César. “QVT é quando acordo... penso em vir trabalhar e o sorriso ainda continua no rosto!”: Sentidos da qualidade de vida no trabalho na ótica dos servidores públicos. In: FERREIRA, Mário César; ANTLOGA, Carla; PASCHOAL, Tatiane; FERREIRA, Rodrigo F. (Orgs.). **Qualidade de vida no trabalho**: Questões fundamentais e perspectivas de análise e intervenção. Brasília: Paralelo 15, 2013. Cap. 1. p. 19-38.

FLECK, Marcelo Pio de Almeida. O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.33-38, 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000100004>.

FORNO, Cristiano dal; FINGER, Igor da Rosa. Qualidade de vida no trabalho: conceito, histórico e relevância para a gestão de pessoas. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p.103-112, 25 jul. 2015. Universidade Tecnológica Federal do Parana (UTFPR). <http://dx.doi.org/10.3895/rbqv.v7n2.3015>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GOULART, I. B.; SAMPAIO, J. R. Qualidade de vida no trabalho: Uma análise da experiência de empresas brasileiras. In: SAMPAIO, J. R. (Org.). **Qualidade de vida, saúde mental e Psicologia Social**: Estudos contemporâneos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999, p. 19-36.

GRÄF, L. V. **Gestão da propriedade rural**: um estudo sobre a autonomia do jovem na gestão da propriedade rural. Lajeado, 2016.

LEITE, Jáder Ferreira et al. A formação em Psicologia para a atuação em contextos rurais. In: LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (Org.). **Psicologia e Contextos Rurais**. Natal: Edufrn – Editora da Ufrn, 2013. Cap. 1. p. 27-55.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, Alberto Mesaque et al. A formação em psicologia e a percepção do meio rural: um debate necessário. **Psicologia Ensino & Formação**, v. 1, n. 1, p. 83-98, 2010.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). In: Encontro Nacional de Geografia Agrária, 11., 2012, Uberlândia. **Anais...** . 2012. p. 1 - 20.

Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1104_1.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2019.

MILHOME, Jaqueline Cavalcante; ROWE, Diva Ester Okazaki. Qualidade de vida no trabalho: análise da produção científica entre 2006 e 2015. **Gestão & Planejamento-G&P**, v. 17, n. 3, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; HARTZ, Zulmira Maria de Araújo; BUSS, Paulo Marchiori. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s.l.], v. 5, n. 1, p.7-18, 2000. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-81232000000100002>.

MOSCOVICI, Felá. **Desenvolvimento Interpessoal**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1985.

NASCIMENTO, Silvane Magali Vale; RODRIGUES, Fernanda Cássia; SANTOS, Nilma Angélica dos. Agricultura Familiar, Agronegócio e a Produção das Trabalhadoras Rurais: processos de expropriação, dominação e resistência na zona rural do Maranhão. In: VI JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6., 2013, São Luís. **Anais...** . São Luís, 2013. p. 1 - 9

OMS. Promocion de la salud. Glossario. Genebra: OMS;1998).

OPAS/OMS Brasil. (Organização Pan-Americana da Saúde/ Organização Mundial da Saúde). **Qualidade de Vida no Trabalho**, Brasília. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1394:qualidade-de-vida-no-trabalho&Itemid=685>. Acesso em 25 out. 2018.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Lutas entre culturas no currículo em ação da formação docente. In: **Educação e Realidade**, São Paulo, v. 21, n. 1, p. 137-157, 1996.

PEREIRA; Paula Marize Nogueira. **Projetos de desenvolvimento e conflitos socioambientais em São Luís-MA: o caso da instalação de uma usina Termelétrica.** São Luís, 2010.

PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz et al. Qualidade de Vida no Trabalho: Um Olhar para o Agricultor Orgânico Familiar. In: CARVALHO, Carla Maria Santos de et al (Org.). **Trabalho, Bem-Estar e Qualidade de Vida.** Coimbra: Universidade de Coimbra, 2018. Cap. 5. p. 107-127.

PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz. **Agricultura Familiar: uma perspectiva da qualidade de vida do produtor rural orgânico da Paraíba.** 2014. 153 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz; ALCHIERI, João Carlos. Agricultura Familiar Orgânica: em busca de qualidade de vida no âmbito do desenvolvimento rural mais sustentável. In: LEITE, Jáder Ferreira; DIMENSTEIN, Magda (Org.). **Psicologia e Contextos Rurais.** Natal: Edufrn – Editora da Ufrn, 2013. Cap. 12. p. 333-355.

PESSOA, Yldry Souza Ramos Queiroz; ALCHIERI, João Carlos. Qualidade de vida em agricultores orgânicos familiares no interior Paraibano. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 34, n. 2, p.330-343, jun. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001095012>.

Programa de Realocação da População. **Inventário.** 2010. YKS, Itaquí Energia, MPX.

SANTOS, Janine Xavier dos. **Aposentados que Trabalham: fatores intrínsecos e extrínsecos relacionados ao trabalho e o olhar da terapia ocupacional.** 2017. 59 f. Monografia (Especialização) - Curso de Terapia Ocupacional, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Cap. 2. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/3916/1/JXS22112017.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

SCALCO, Andrea Rossi; SERVI, Renan Giovani. Manutenção da certificação orgânica em produtores rurais. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 7, n. 3, 2014.

SCATTOLIN, Fátima Ayres de Araújo. Qualidade de vida: a evolução do conceito e os instrumentos de medida. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, Sorocada, v. 8, n. 4, p.1-5, nov. 2006.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 205p., 1999. (Série Estudos Rurais).

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. A Psicologia Social do Trabalho e os trabalhadores das ruralidades. In: COUTINHO, Maria Chalfin; BERNARDO, Marcia Hespanhol; SATO, Leny (Org.). **Psicologia Social do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2017. p. 127-146.

SILVA, Kátya de Brito e; MACEDO, João Paulo. Psicologia e Ruralidades no Brasil: Contribuições para o Debate. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 37, n. 3, p.815-830, set. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002982016>.

STEIN, Jaíne; AOSANI, Tânia Regina. A percepção de agricultores familiares sobre o seu fazer no campo e o adoecimento psíquico. **Unoesc & Ciência - ACBS**, Joaçaba, v. 7, n. 1, p.7-14, jan. 2016.

WALTON, R. E. Quality of working life: what is it? **Sloan Management Review**, v. 15, n. 1, 1973.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do Campesinato Brasileiro. Processos sociais agrários. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20., 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acesso em: 31 out. 2018.

WHO – World Health Organization; The WHOQOL Group. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): Position paper from the World Health Organization. **Social Science and Medicine**, v. 41, n. 10, p. 1403-1409, nov. 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/027795369500112K?via%3Dihub>. Acessos em 22 mai. 2019.

WHOQOL, Grupo. The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): Position paper from the World Health Organization. **Social Science & Medicine**, [s.l.], v. 41, n. 10, p.1403-1409, nov. 1995. Elsevier BV.
[http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536\(95\)00112-k](http://dx.doi.org/10.1016/0277-9536(95)00112-k).

FUKUI et al. **Escolarização e sociedade**: um estudo dos excluídos. São Paulo, INEP/CERU, 1980.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO RURAL**: o olhar de agricultores orgânico-familiares da Grande São Luís sobre sua atividade.”. Esta terá como objetivos: (1) Analisar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais do programa de reassentamento da Vila Madureira sobre sua qualidade de vida no trabalho; (2) Averiguar os fatores que contribuem para a promoção ou diminuição da qualidade de vida dos agricultores; (3) Verificar as diferentes percepções dos agricultores quanto às condições e organização do seu trabalho; (4) Traçar o perfil sócio demográfico do grupo estudado.

Só caberá a autorização para coleta dos dados se concordar com os critérios que serão adotados e estão descritos a seguir:

- *Será garantido o sigilo do nome do participante deste trabalho, assegurando assim a privacidade do mesmo em caráter confidencial. As informações adquiridas serão divulgadas apenas em meios de comunicação científicos, mas sempre respeitando o anonimato.*
- *O voluntário poderá se recusar a participar ou a retirar o seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo ao mesmo.*
- *Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro ao participante deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer a danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte do pesquisador e/ou instituição responsável.*
- *Possivelmente poderá ocorrer episódio de cansaço por conta das atividades do dia e da pesquisa pelo fato de que as atividades da pesquisa ocorrerão dentro do horário de trabalho, porem para minimizar este risco, a atividade da pesquisa poderá ser feita na medida da vontade do participante.*
- *Ao final da pesquisa, se for de seu interesse, poderá ter livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados com o pesquisador tendo a oportunidade de conhecer, por meio*

das condições e modo de organização do seu trabalho, os fatores que contribuem para a promoção ou diminuição de sua qualidade de vida.

- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o participante poderá entrar em contato com a equipe científica no número (98) 984972313 – Bianca Almeida, ou no Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão.

Dessa forma, tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo como teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

São Luís – MA ____ de _____ de 2019

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

1. Nome:
2. Apelido (como é conhecido na comunidade):
3. Sexo: Masculino (<input type="checkbox"/>) Feminino (<input type="checkbox"/>)
4. Localização da residência:
5. Idade: _____ anos
6. Estado Civil: Solteiro (<input type="checkbox"/>) Casado (a)/União estável (<input type="checkbox"/>) Divorciado(a)/Separado (<input type="checkbox"/>) Viúvo (a) (<input type="checkbox"/>)
7. Número de Filhos:
8. Escolaridade: Analfabeto(a) (<input type="checkbox"/>) Sabe ler e escrever (<input type="checkbox"/>) Ensino primário (<input type="checkbox"/>) Ensino secundário (<input type="checkbox"/>) Curso Superior (<input type="checkbox"/>)
9. Cônjuge/ filhos trabalham? Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>) Na agricultura? Sim (<input type="checkbox"/>) Não (<input type="checkbox"/>)
10. Como veio para cá?
11. Há quanto tempo está aqui?
12. Comercialização: a) Quem vende? <input type="checkbox"/> cônjuge <input type="checkbox"/> o próprio <input type="checkbox"/> filhos b) Quando? <input type="checkbox"/> 1 vez por mês <input type="checkbox"/> a cada 15 dias <input type="checkbox"/> 1 vez por semana <input type="checkbox"/> 2 vezes por semana <input type="checkbox"/> mais de 2 vezes por semana c) Quem coloca preços? <input type="checkbox"/> o próprio <input type="checkbox"/> filhos <input type="checkbox"/> cônjuge <input type="checkbox"/> outros _____ d) Onde vende? <input type="checkbox"/> feira

atravessador

supermercado

e) Como os produtos chegam no ponto de vendas?

filhos

irmão

mãe

pai

outros _____

13. Quais vantagens você vê no trabalho de agricultura orgânica?

Ausência de agrotóxicos

Produzir alimentos saudáveis

Obter maiores lucros

Sentir prazer no trabalho

Ter reconhecimento dos consumidores

Preservação da saúde

AAPÊNDICE C – ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

<p>1. Qual a jornada de trabalho?</p> <p><input type="checkbox"/> 2ª a 6ª feira</p> <p><input type="checkbox"/> 2ª a sábado</p> <p><input type="checkbox"/> dia sim, dia não</p> <p><input type="checkbox"/> todos os dias</p> <p>2. Qual horário de trabalho</p> <p><input type="checkbox"/> manhã</p> <p><input type="checkbox"/> tarde</p> <p><input type="checkbox"/> noite</p> <p><input type="checkbox"/> manhã e tarde</p>
<p>3. Faz pausa para refeição?</p> <p><input type="checkbox"/> sim</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>
<p>4. Faz pausas para descanso?</p> <p><input type="checkbox"/> sim. Quanto tempo? _____</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>
<p>5. Costumam acontecer imprevistos ou incidentes no seu trabalho?</p> <p><input type="checkbox"/> sim, frequentemente</p> <p><input type="checkbox"/> sim, as vezes</p> <p><input type="checkbox"/> sim, raramente</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>
<p>6. Você acredita que o trabalho na AOF possui alguma destas dificuldades?</p> <p><input type="checkbox"/> para realização de tarefas manuais</p> <p><input type="checkbox"/> para realização de tarefas que exigem esforço mental</p> <p><input type="checkbox"/> para realização de uma grande variedade de tarefas</p> <p><input type="checkbox"/> devido a falta de máquinas e equipamentos</p> <p><input type="checkbox"/> para realizar a comercialização de produtos</p> <p><input type="checkbox"/> para encontrar mercados para seus produtos</p> <p><input type="checkbox"/> para obter insumos orgânicos</p> <p><input type="checkbox"/> para preparar compostos orgânicos</p> <p><input type="checkbox"/> para controlar pragas e doenças</p>

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA AVALIAÇÃO DE QVT

DOMÍNIO FÍSICO

<p>1. Como considera a sua saúde: Muito ruim () Ruim () Nem boa nem ruim () Boa () Muito boa ()</p>
<p>2. Nos últimos seis meses, fez alguma cirurgia? Sim () Não ()</p>
<p>3. Você faz uso de algum medicamento? Sim () Não ()</p>
<p>4. Você tem algum problema de saúde? Se sim, qual? Não () Sim () Qual? _____</p>
<p>5. Você sente algum tipo de dor ou desconforto? Se sim, onde? Não () Sim () Onde? _____</p>
<p>6. Das suas atividades, quais considera mais cansativas ou incômodas? (hierarquizar de 1 a 3, sendo a 3 mais cansativa/ incômoda e a 1 menos cansativa/ incômoda)</p> <p>() capinar</p> <p>() roçar</p> <p>() arrancar mato manualmente</p> <p>() fazer canteiro com enxada</p> <p>() fazer cova para plantar</p> <p>() adubar</p> <p>() fazer composto</p> <p>() irrigar manualmente</p> <p>() plantar</p> <p>() fazer mudas</p> <p>() podar</p> <p>() aplicar caldas/ bomba costal</p> <p>() controlar pragas</p> <p>() higienizar produtos</p> <p>() embalar</p> <p>() planejar produção</p>

DOMÍNIO PSICOLÓGICO

1. Gosta de realizar esta atividade (agricultura)? Sim () Não () Outra resposta:
2. Se você pudesse começar “uma outra vida”, escolheria ser agricultor novamente?

DOMÍNIO RELAÇÕES SOCIAIS

1. Realiza algum tipo de lazer? Se sim, qual? Não () Sim () Qual? _____
2. Como é a sua convivência com seus parentes e amigos? Muito má () Má () Razoável () Boa () Muito boa ()
3. Caso precise de apoio em um momento difícil, pode contar com quem? Cônjuge () Filhos () Amigos () Pastor/padre () Outro () _____
4. Quão satisfeito você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)? Muito insatisfeito () Insatisfeita () Nem satisfeito nem insatisfeito () Satisfeito () Muito satisfeito ()
5. Faz parte de alguma associação ou instituição? Não () Sim () a) Qual? () Sindicato () Produtores orgânicos () Moradores () Outro _____

DOMÍNIO MEIO AMBIENTE

1. Como classifica a sua situação econômica? () ruim () média () boa
2. Qual o valor mensal da sua renda oriunda da agricultura (em salários mínimos)?
3. Gosta deste local? () sim () não () outras respostas:
4. Você sente falta da Vila Madureira?

ANEXOS

ANEXO A – Autorização da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Polo Agrícola HortCanaã



Declaramos por meio da Associação de Agricultores e Agricultoras Familiares do Polo Agrícola HortCanaã, que autorizamos realizar a pesquisa, intitulada " Um estudo sobre a qualidade de vida dos trabalhadores rurais do Programa de Reassentamento da Vila Madureira, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Qualidade de Vida, Trabalho e Saúde do Centro de Ciências Humanas do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), sob Coordenação da Professora Doutora Yldry Souza Ramos Queiroz Pessoa.

Associação de Agricultores e Agricultoras do Polo Agrícola HortCanaã